

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

AMAZÔNIA

O CONCEITO E A PAISAGEM

EIDORFE MOREIRA

BELEM
1958

Am
3.1102
838a

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA



AMAZÔNIA

O CONCEITO E A PAISAGEM

EIDORFE MOREIRA

Am
918.1102
M838a

BELÉM
1958

Classificação Decimal Melvil Dewey 918.11
Classificação Decimal Universal 918.11

Biblioteca Arthur Reis
Registro: 00780
Data: 26/02/02

Este trabalho é dedicado pelo autor à memória de Roberto Galvão, como homenagem ao seu valor de geógrafo e ao seu devotamento à Amazônia, a cujo serviço pereceu trágicamente na manhã de 10 de julho de 1957.

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia inicia as suas publicações de maior tomo com a pesquisa realizada pelo professor Eidorfe Moreira sobre "Amazônia. O Conceito e a Paisagem", em que o autor procura fixar as linhas mestras de uma definição da região através dos vários aspectos por que pode ser examinada e interpretada.

Parte integrante do espaço brasileiro, a Amazônia nem por isso é inteiramente nossa, pertencendo, também, a outros países sul-americanos, o que lhe assegura uma condição toda especial, de vez que é área perfeitamente distinta que se distribui por várias soberanias.

Não pretendeu o professor Eidorfe Moreira abranger, no seu estudo, todo o amplo território. Deteve-se nas fronteiras nacionais. Não deixou de realizar, todavia, uma contribuição ponderável para que seja possível proceder a uma caracterização definitiva do que é, realmente, o grande mundo exótico.

1.^a P A R T E
O C O N C E I T O

I — AS DIFICULDADES

Não obstante ser uma das regiões mais definidas e individualizadas dentro dos quadros continentais, a Amazônia não é, contudo, uma região muito fácil de definir ou delimitar, a começar pela plurivalência de sentido do termo que a nomeia, que tanto pode significar uma bacia hidrográfica como uma província botânica, um conjunto político como um espaço econômico.

O problema de se definir o que seja Amazônia consiste, antes de mais nada, em submeter-se essas considerações particulares a um critério geral e comum que englobe, numa só fórmula geográfica, essa diversidade de sentido ou de condições. É isso porque, como diz reputada autoridade no assunto, "uma região natural deve ser caracterizada por um conjunto de fenômenos — e não por um único isoladamente—correlacionados entre si, pois tal correlação é que confere à região a sua unidade. Nem todos os fenômenos precisam ser considerados, mas sim aqueles que são realmente significativos, em torno dos quais todos os outros se agrupam, e que dão à região um cunho particular" (1).

Mesmo quando considerada sob um aspecto determinado, a Amazônia comporta uma certa margem de imprecisão e até mesmo de incerteza no que respeita aos seus limites e à sua extensão. Conforme o elastério que lhe permitirem os critérios adotados com o fim de definí-la ou delimitá-la — critério hidroográfico, botânico, político, econômico, etc. — a sua área ora se amplia ora se reduz, assume essa ou aquela proporção, variando às vezes consideravelmente o âmbito sob o qual é tomada como objeto de interesse, estudo ou consideração. Ainda que permaneça imensa sob qualquer aspecto que a considerarmos, varia grandemente o conceito dessa imensidão.

(1) — Fábio de Macêdo Soares Guimarães — "Divisão Regional do Brasil" — In *Revista Brasileira de Geografia* — Ano III, n. 2, p. 341.

Considere-se, por outro lado, que uma região não é apenas uma individualidade fisiográfica, mas também a fixação de uma dada experiência humana no plano paisagístico, possibilitando-nos assim uma visão particular das grandezas e vicissitudes do homem num sentido cósmico.

O homem não é um elemento acrescido à paisagem, uma sorte de acessório destinado a orná-la ou completá-la, pois se assim fôsse seria apenas uma expressão decorativa na superfície do Planeta. Na realidade, êle é o fator geográfico por excelência, e isso tanto pelas suas atividades como pela sua própria condição, tanto pelo que realiza como pelo que é: no primeiro caso por ser um modelador de paisagens, no segundo por ser um elemento necessário à sua significação. Daí porque, mesmo quando não figura na paisagem, êle está implícito nela. Sem o homem, o espaço é uma noção física, não uma noção geográfica.

Isso cria inevitavelmente uma outra ordem de considerações a serem levadas em conta no conceito de qualquer região — as considerações de ordem humana: sociais, políticas, econômicas, etc. — o que não deixa de ser um fator de complexidade, sobretudo quando se consideram os problemas ou vicissitudes que o homem enfrenta nelas.

Ora, o homem encontra-se na Amazônia numa das situações mais ingratas e desfavoráveis em face da natureza. Chega a ser mesmo paradoxal que uma das regiões mais simples e homogêneas sob o ponto de vista fisiográfico, além do mais servida por uma excelente rede potâmica, possa ter efeitos tão absorventes e estorvadores sobre os seus habitantes. “Não há, em verdade, uma agressividade real, específica e característica da terra: o homem é que se torna muito vulnerável pela insuficiência numérica. Não está em causa a qualidade da terra, mas a quantidade da gente” (2)

Eldorado para uns, inferno verde para outros; paraíso para os que a vêem como objeto de estudo, tortura para quantos a tomam como objeto de conquista ou de ambição, a Amazônia não tem sido outra coisa, como realidade histórica, social e econômica, senão o agigantado cenário de uma das mais ingentes experiências

(2) — Araujo Lima — **Amazônia — A Terra e o Homem** — Col. “*Braziliana*” — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1937 (2a. edição) — pag. 101.

tropicais do homem. Sem deixar de ser a ilustração geográfica de uma longa incúria nacional, ela é também o atestado vivo das dificuldades e contingências que assoberbam o homem em face da exuberância natural dos trópicos. Sob certos aspectos, o que êle tem feito aí representa antes um trabalho de adaptação do que uma conquista efetiva sôbre os quadros naturais.

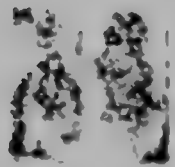
Quando outras circunstâncias não interferissem, a extensão territorial da região valeria por si só como um fator de complexidade dos problemas regionais, uma vez que êsses problemas se ampliam e se agravam naturalmente por fôrça da escala de grandeza imposta pelo espaço. A Amazônia, como observa Eugene Horn, não é uma "terra de promessa" nem uma "terra de riquezas incalculáveis", mas uma terra de problemas desconcertantes, ainda por resolver (3).

Por isso, quando se fala em "complexidade amazônica", mesmo num sentido geográfico, isso deve ser entendido menos em relação à terra do que em relação ao homem. Não é a natureza por si mesma, mas a condição humana em face dela, que cria verdadeiramente os problemas geográficos. E nenhum problema é mais complexo e ingrato em Geografia do que o de conceituar e sobretudo delimitar regiões, pois nem sempre é possível conciliar, no plano geográfico, as necessidades lógicas do espírito com a ordem natural das coisas.

Não obstante ser contínua no processo das suas manifestações, procuramos destacar da natureza determinadas áreas de interesses mediante certas razões ou pressupostos, o que nos leva a submetê-la a uma certa prefigurabilidade, que nem sempre se casa satisfatoriamente com os dados reais da paisagem.

Além do mais, a fronteira das relações humanas entre as regiões nem sempre coincide com a estabelecida pela contiguidade geográfica; as influências e interrelações que se formam à base dessa contiguidade, mesmo definindo-se noutro plano, neutralizam ou modificam muitas vêzes a linha e o sentido original dos limites dessas regiões. Foi certamente o reconhecimento dessa precariedade que levou Fleure a propor a substituição, no campo

(3) — "A Hiléia Amazônica" — in **Anuário Brasileiro de Economia Florestal** — Ano 4, n. 4 — Rio de Janeiro — 1951 — pag. 47.



geográfico, da noção linear de fronteira pela de "zona de contacto".

Tudo isso mostra a soma de dificuldades que temos de enfrentar quando procuramos definir ou delimitar uma região, mormente uma região que se notabiliza, como no caso presente, pela sua desmesurada extensão.

Quem quer que se proponha a conceituar a Amazônia, sob qualquer aspecto que seja, deve fazê-lo num sentido necessariamente lato, sem o que prejudicará essa conceituação. Como área ou fato geográfico, ela não comporta conceitos restritivos. Sob qualquer aspecto que a considerarmos ela será extensa, variando apenas os critérios com base nos quais avaliamos ou limitamos a sua grandeza.

E é em função dessa grandeza, como vimos acima, que se definem e se pautam os problemas regionais: a extensão da terra como que amplia a ressonância das vicissitudes humanas, a tal ponto que, como diz esclarecido observador das coisas amazônicas e nacionais, "nenhuma outra região do Brasil oferece problemas de maior perplexidade do que os dêsse imenso deserto verde" (4).

(4) — Américo Barbosa de Oliveira — Estudos Brasileiros de Economia — O Desenvolvimento Planificado da Economia Brasileira — Fundação Getúlio Vargas — Monografia n. 1 — Rio de Janeiro — 1946 — pag. 28.

II — CONCEITO HIDROGRÁFICO

No sentido hidrográfico, que é o mais amplo e definido geograficamente falando, Amazônia designa uma bacia fluvial, no caso a bacia do grande rio epônimo.

Os rios concorrem, mais do que qualquer outro fator, para a modelação fisiográfica de uma região. Erodindo planaltos e vertentes, sedimentando vales e baixadas, êles estabelecem uma compensação entre as ações destrutivas e reconstrutoras do modelo terrestre, além de que, como via de transportes e comunicações, emprestam um sentido de unidade às regiões que percorrem.

Por isso, como observa De Martonne, "os cursos d'água chamam a atenção por si próprios, como um objeto de estudo mais vivo do que qualquer outro da geografia física" (5).

Ainda que não revistam mais a importância que se lhes atribuía antigamente como critério determinativo das regiões, êles constituem, contudo, dados imprescindíveis para a caracterização delas. Se não se define mais hoje em dia uma região com base unicamente na sua rede hídrica, como o faziam os geógrafos antigos, nem por isso essa rede deixa de assumir uma importância capital na sua conceituação.

No caso da Amazônia, muito mais do que em relação a qualquer outra, essa importância é fundamental, dado o vulto e a extensão da sua rede hídrica. Com a sua forma sensivelmente poligonada, que lhe acentua ainda mais o efeito dimensional, essa imensa bacia abrange uma área de aproximadamente 7.000.000 Km², constituindo assim o maior conjunto potâmico não só da América do Sul como do Globo.

Ao norte e ao sul limitam-na os dois mais antigos e desgastados maciços orográficos do continente — o guiano e o brasileiro — de modo que nesses pontos os seus contornos são pouco salientes sob o ponto de vista hipsométrico, principalmente ao sul, onde o **divortium aquarum** que a separa da bacia platina torna-se por vezes impreciso; a oeste, todavia, êles se alteiam considerável-

mente, pois aí encontramos os Andes circunscrevendo-a numa extensão de 3.000 Km. aproximadamente.

A par da extensão, notabiliza-a também a pronunciada assimetria da rede de drenagem. O eixo hidrográfico da bacia, representado pelo Amazonas, não coincide com o eixo geométrico da mesma, achando-se mais ao norte dêste, de modo que os afluentes da margem setentrional do Amazonas são sensivelmente menores em relação aos da outra margem. Medidos em linha reta, segundo cálculo de Marbut, os afluentes da margem direita se estendem em geral de 1.000 a 1.900 quilômetros do rio principal, enquanto que os da esquerda, com exceção do Negro, alcançam apenas 450 quilômetros (6). Esta assimetria, como salienta o autor supracitado, resulta da morfologia da região na época da localização da corrente axial Amazonas — Solimões.

De um modo geral, quanto mais situados para oeste, mais inclinado vai se tornando o curso dêsses rios em relação ao rio principal, de tal forma que alguns afluentes ocidentais do Amazonas, como o Içá e o Japurá, correm quase paralelamente a êle. Não se trata, entretanto, de influência resultante do estreitamento da bacia para êsse lado, uma vez que ela é mais larga a oeste do que a leste.

Dêsses rios, uns são de planalto, como os intra-andinos: Tunjuragua, Huallagua, etc.; outros são de planície, como o Purus, o Juruá e a maioria dos afluentes secundários do Amazonas; outros, finalmente, participam dos dois casos, tendo uma parte do curso no planalto e a outra na planície, sendo via de regra os mais importantes: Madeira, Negro, Tapajós, etc..

Não se pense, entretanto, que todos os rios amazônicos integram a rede fluvial do Amazonas. Embora situados na Amazônia, os rios do Amapá, do Pará e do Maranhão que se dirigem diretamente para o oceano, como o Oiapoque, o Araguari, o Gurupi, etc., não se filiam hidrograficamente a êsse conjunto potâmico,

(5) — *Traité de Géographie Physique* — Lib. Armand Colin — Paris — 1950 — Vol. I, pag. 449.

(6) — C. F. Marbut, in *Relatório da Comissão Brasileira junto à Missão Oficial Norte-Americana de Estudos do Vale do Amazonas* — Oficinas Tipográficas do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 1924 — pag. 375. Apresentado ao Ministro da Agricultura de então por Avelino de Oliveira.

sendo portanto errôneo incluir-se na bacia do Amazonas a zona litorânea dessas unidades políticas.

No relêvo sulamericano a bacia amazônica é o acidente que mais contrasta com os Andes, constituindo êsse contraste o quadro mais expressivo da fisiografia continental. Mas enquanto os Andes se desenvolvem num sentido longitudinal e periférico em relação ao continente, ela se distingue precisamente pelo seu espraio e pela sua centralidade em relação ao mesmo, o que lhe empresta uma grande significação fisiográfica e topológica.

Aliás, a grandeza e excelência dessa bacia não devem ser vistas apenas em termos geográficos, pelo que ela tem de extenso e portentoso como rede hídrica e sistema de drenagem, mas também em termos históricos, econômicos e sociais, pela sua significação como via de penetração, de comércio e de sociabilidade. Não temos aí apenas um grande conjunto hidrográfico, mas também o maior conjunto de vias naturais existente na superfície terrestre.

Dessa bacia a parte geograficamente mais interessante é a planície que lhe é homônima; ela ocupa o fundo fisiográfico da "cuenca", tendo por linha axial a calha do Amazonas. Nela se distinguem um trecho mais recente, quaternário, sujeito a inundações, e outro mais antigo, terciário, não inundável; o primeiro é a **várzea**, o segundo a **terra firme**, dominados pelos planaltos e serras dos sistemas orográficos que circunscrevem a bacia. Essa gradação de níveis, sem contrastes pronunciados, lembra um dilatado e irregular anfiteatro, com extensos e espaçados patamares.

Pela sua posição continental e excepcional amplitude, essa grande bacia interessa diretamente a vários países, entre os quais se reparte de maneira muito desigual, de modo que teremos, com consideráveis desproporções entre si, tantas "Amazônias" quantas forem as frações correspondentes a cada um dêles. Há dêsse modo uma Amazônia brasileira, uma Amazônia boliviana, uma Amazônia peruana, etc., como há também, de acôrdo com essa relação ou filiação hidrográfica, países amazônicos e não amazônicos, sem que isso importe ou revista um sentido formalmente político.

Ao Brasil cabe a maior e mais importante fração dessa bacia, — 4.778.374 Km² segundo o Conselho Nacional de Geografia —

e só essa fração brasileira se avanta sobre a área de qualquer outra bacia fluvial do Planeta. Entre os grandes rios sulamericanos a maior porcentagem é dos amazônicos, e dos amazônicos mais de 2/3 estão no Brasil, total ou parcialmente.

Em suma, sob o ponto de vista hidrográfico, a Amazônia se evidencia e caracteriza pelo seguinte:

a) extensão e caudalosidade da sua bacia potâmica, sem correspondência no continente e no Globo;

b) assimetria da rede de drenagem dessa bacia, sendo a área de drenagem dos afluentes meridionais do Amazonas muito maior do que a dos setentrionais;

c) notável capacidade de abrangência política dessa bacia, dado o número de entidades que dela participam diretamente (9 unidades políticas do Brasil e 7 do continente);

d) condições altamente favoráveis de navegabilidade, e como tal grande importância sob o ponto de vista econômico, social e histórico.

III — CONCEITO FITOGEOGRÁFICO

Como província botânica, Amazônia é a grande floresta equatorial sulamericana, que na sistemática de Martius constitui o Reino das Náíades (**Nayas**) e na de Humboldt a Hiléia (**Hylaea**), como geralmente é mais conhecida.

Ainda que Hiléia tenha se tornado um termo extensivo a outras florestas equatoriais, em oposição às florestas das zonas temperadas, o termo não perdeu a sua significação original com respeito à floresta amazônica, tanto mais quanto essa floresta representa o tipo mais completo e desenvolvido dentro da sua categoria botânica. Para todos os efeitos, ela ficou sendo a Hiléia por excelência.

“Este bloco de vegetação, pedaço compacto da biosfera, representa um **climax**, há muito estabilizado e podendo persistir indefinidamente sobre o mesmo solo sem o esgotar, graças à variedade dos seus elementos; êle remonta a um longínquo passado, prolongando até nós aspectos dos tempos terciários e constituindo uma das mais antigas paisagens da terra. Tôda a história dessas florestas limita-se menos a adaptações e transformações do que a uma lenta regressão em relação com o recuo do clima equatorial, êle também um dos mais antigos da terra” (7).

A floresta amazônica, com efeito, é a maior e mais exuberante manifestação da vida vegetal no continente e no Globo, ou, como já se disse, o seu **climax biológico** (Warming). Muito cerrada e heteróclita, ela constitui um tufo colossal de verdura cobrindo cerca de 30% da área continental, numa extensão só comparável à da **Taiga**, a grande floresta russo-siberiana.

Como tôdas as florestas do seu gênero, ela se notabiliza e caracteriza pelos seguintes traços:

a) densidade do tipo associativo, devida não só à estreita contiguidade dos indivíduos como à profusão de epífitas e plantas menores;

(7) — Pierre Deffontaines — *L'Homme et la Forêt* — Gallimard — Paris — 1949 — pags. 13/14.

- b) composição tipicamente heteróclita, dada à grande variedade de espécies, com índices de ocorrência em geral elevados;
- c) acentuado grau de estratificação, com vários estratos ou patamares, lembrando por vezes uma superposição de florestas.

Avultam aí, sem embargo da frequência e importância de outras famílias, as Leguminosas, as Lecitidáceas, as Moráceas, as Sapotáceas (sobretudo no plano superior da mata), as Mirtáceas, as Melastomáceas e as Rubiáceas (na submata), destacando-se ainda mais a primeira dessas famílias não só pelo número e desenvolvimento como pela utilidade.

A heterogeneidade de composição e a exuberância fitofisiológica dessa floresta têm concorrido para o seu melhor conhecimento sob o ponto de vista sistemático-botânico do que sob o ponto de vista econômico-industrial. Não obstante alguns estudos e pesquisas empreendidos com este fim, ainda falece-nos a seu respeito bases seguras para uma exata avaliação das suas possibilidades econômicas. Daí a conveniência do seu levantamento aerofotogramétrico, como já tem sido proposto (8), como base para um inventário objetivo das suas possibilidades neste sentido.

Apesar da sua notável unidade de conjunto, a Hiléia apresenta, contudo, algumas variações no seu aspecto geral, o que deu margem à sua divisão em subprovíncias ou zonas. Assim é que, segundo Huber, temos aí 3 tipos fitofisionômicos definidos, de acordo com as condições topográficas e a posição da mata em relação ao rio e ao mar: "mata dos aluviões marítimos", "mata dos aluviões fluviais" e "mata da terra firme" (9).

Baseado nas diferenciações que ela apresenta no sentido oeste-leste, A. J. de Sampaio desdobra-a de outro modo: "zona hileana oriental-andina", correspondente à vertente amazônica dos Andes; "zona amazono-orinocense", a mais central e importante; e "zona guianense", mais a leste, sem falar no que ele cha-

(8) — Cfr. "O Programa da Missão FAO na Amazônia" — Relatório apresentado pelo Chefe da Missão, sr. René Gachot, à 5ª. Reunião Florestal Latino-Americana, realizada em Buenos Aires em Junho de 1952 — in *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, n. 5 — Rio de Janeiro — 1952. Também Damms Heinsdijk — "Inventários florestais nas regiões tropicais" — Separata do *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, n. 7 — Rio de Janeiro — 1954.

(9) — "Mattas e madeiras amazônicas" — in *Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense)* — Pará — 1910 — Tomo VI, pag. 93.

ma a "disjunção central-americana", por não ser amazônica (10). Ducke e Black, mais recentemente, especificaram-na em 8 setores ou zonas — atlântico, nordeste, sudeste, norte, sul, oeste, noroeste e sudoeste — dos quais um só — o noroeste — não abrange partes hileanas do Brasil (11).

Só conjecturalmente se pode traçar os limites dessa imensa área fitogeográfica, pois apenas a leste e a oeste ela tem limites naturais definidos — o Atlântico e os Andes. Admite-se geralmente como zona hileana a área de ocorrência do gênero **Hevea**, o melhor estudado e conhecido desta formação, e que tem a seguinte área de dispersão, segundo os autores supra-mencionados:

"No Brasil a área de **Hevea** abrange todo o Estado do Amazonas; o Estado do Pará com a provável exceção do rio Araguaia; os Territórios do Acre e do Amapá; a parte noroeste do Estado do Maranhão; o norte do Estado de Mato Grosso e do Território do Guaporé; a metade sul do Território do Rio Branco. Fora das fronteiras do Brasil, o gênero **Hevea** tem sido observado nas Guianas e em Venezuela, Colômbia, Equador, Perú e Bolívia, em matas contíguas às da Amazônia Brasileira e não essencialmente diferentes destas. Os extremos norte, para **Hevea**, são o alto Orinoco e o baixo Essequibo, em cêrca de 5 a 6 graus de latitude boreal; o ponto mais ao sul é a Bolívia oriental subandina, ao redor de 16 graus sul" (12). Tais são os limites prováveis da Hiléia amazônica.

Não se pense, entretanto, que tôda a flora da bacia do Amazonas pertença ou participe da Hiléia. Os mangues, os campos e as chamadas "caatingas" do Rio Negro, não obstante se acharem nessa bacia, não são consideradas manifestações hileanas. Mas essas formações, ainda que abrangendo áreas apreciáveis, como no caso da vegetação campestre, não passam de áreas inclusas (campos, caatingas) ou simplesmente marginais (mangues) em relação à Hiléia.

(10) — A. J. de Sampaio — *Fitogeografia do Brasil* — Col. "Brasiliana" — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1945 — pag. 53.

(11) — A. Ducke e G. A. Black — *Notas sobre a Fitogeografia da Amazônia Brasileira* — Boletim Técnica do Instituto Agrônomo do Norte n. 29 — Belém — pags. 18 a 37. Cfr. Ducke, "A Amazônia Brasileira" — in *Anuário Brasileiro de Economia Florestal* — Ano I, n. 1.

(12) — A. Ducke e G. A. Black — *op. cit.*, pag. 4.

Tão grande é o vulto e a importância botânica e geográfica desta, que a divisão mais corrente da flora brasileira se faz com base nela — província amazônica e extra-amazônica — sendo a primeira muito mais importante e interessante do que a outra.

No quadro fitogeográfico do Globo, segundo a divisão de Engler, ela integra a 3^a. das grandes regiões — a neotropical — assim denominada por compreender as partes tropicais do Novo Mundo, com exceção dos Andes e trechos da costa do Pacífico.

IV — CONCEITO ZOOGEOGRÁFICO

Dada a natural correlação entre a flora e a fauna, a Hiléia representa tanto um espaço botânico como faunístico, constituindo, sob este último aspecto, uma das subdivisões mais ricas e interessantes da grande região Neotrópica, segundo a clássica divisão zoogeográfica de Sclater e Wallace. Definindo este complexo biogeográfico, diz Melo Leitão: "A mais vasta das províncias da subregião brasileira, a que mais tem seduzido os naturalistas pela exuberância da flora, riqueza dos rios, mistérios das gentes, variedades da fauna é a Hiléia americana, ou província Amazônica, que abraça quase toda a bacia do Amazonas e do Tocantins, estendendo-se até a zona dos cocais do Maranhão, ao norte de Mato Grosso e alcançando parte não desprezível dos países limítrofes com o Brasil ao Norte e a Oeste. É a província de limites biológicos mais precisos, com um sem número de formas próprias ou que aí tem o seu centro de dispersão" (13).

Encontramos aí uma fauna com altos e baixos consideráveis nos vários domínios da escala animal, excessivamente pródiga numa espécie e grandemente desfalcada noutras, uma fauna surpreendentemente rica em aves, insetos e peixes; porém muito pobre, para não dizer paupérrima, nas espécies de grande porte.

Como todas as florestas do seu tipo, a Hiléia amazônica não favorece os grandes mamíferos, não sendo estranhável, portanto, que esse imenso mundo vegetal seja tão pobre em animais de grande porte. Há nesse sentido um sensível de desacôrdo entre a fauna e a flora, uma vez que os tipos mais desenvolvidos na escala animal não têm aí representação condigna com os da flora — e esta é por certo a mais importante das limitações que a flora impôs à fauna da região.

Isso explica porque, embora sendo um grande centro de atração naturalística, a Amazônia não o é, na mesma proporção,

(13) — *Zoogeografia do Brasil* — Col. "Brasiliana" — Companhia Editôra Nacional — São Paulo — 1947 — pag. 482.

um grande centro para fins venatórios. Além de não oferecer a atração dos grandes mamíferos, as próprias espécies que nela se destacam pelo tamanho só por exceção vivem em bando. Mas nem por isso ela deixa de ser a área zoogeográfica mais importante do continente.

Nessa fauna quase tudo se acha altamente capacitado para a vida arbórea, a tal ponto que se operou nela uma verdadeira seleção neste sentido. O predomínio acentuado dos mamíferos arborícolas, das aves e do insetos, quer dizer, o predomínio dos animais que dependem de modo mais direto e imediato das árvores não deixa dúvida a esse respeito. Os mamíferos mais intensamente arborícolas do Planeta, como observou Bates, encontram-se aí (14).

Surpreendente é também a fauna fluvial, não só quanto aos indivíduos como sobretudo quanto às espécies, havendo Agassiz estimado o número destas em 1.800, senão mesmo 2.000, como chegou a admitir (15).

Como província zoogeográfica, a Amazônia pode ser definida e caracterizada do seguinte modo:

a) riqueza e variedade da sua fauna no que respeita às formas e ao colorido, embora pobre no que respeita ao porte;

b) predominância acentuada das espécies de vida arbórea e aquática, contrastando em variedade e número de indivíduos com as demais;

c) sensível homogeneidade de composição e de distribuição das espécies sob o ponto de vista geográfico.

Nessa província faunística Wallace distinguiu 4 distritos zoogeográficos, separados no sentido longitudinal pelo Amazonas e no transversal pela divisória Rio Negro-Madeira: distritos da Guiana e do Equador, ao norte do Amazonas, separados pelo Negro; distritos do Perú e do Brasil, ao sul do mesmo rio, divididos pelo Madeira (16).

(14) — *O Naturalista no Rio Amazonas* — Col. "Brasiliense" — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1944 — Vol. I, pag. 107.

(15) — *Voyage au Brésil* — tradução de Félix Vogeli — Librairie de L. Hachette et Cie. — Paris — 1869 — pag. 380.

(16) — "Os Simios da Amazônia" — in *Boletim do Museu Paraense* — Pará — 1896 — Tomo I, pag. 380.

Ao contrário do que poderá parecer, em face da sua largura e caudalosidade, o Amazonas não chega a constituir na região, a não ser em relação a poucas espécies, uma divisória ou barreira zoogeográfica. Os próprios exemplos que Wallace menciona (17), ilustrando essa função zoogeográfica da grande caudal, tiveram uma base restrita de observação.

Com efeito, "para a dispersão de inúmeras formas, são indiferentes os grandes tributários do Amazonas e até este próprio, embora seja evidentemente caracterizada a divisão da província no sentido norte-sul, isto é, a existência de formas peculiares a uma das margens do grande rio sem que delas existam representantes na outra. Em um golpe de vista geral, nota-se, entretanto, que a diversificação das espécies se processa mais acentuadamente no sentido dos meridianos, o que nos poderá levar à conclusão de que, para esse fim, ou seja a limitação da área de dispersão das formas, preponderam as condições biológicas do meio sobre o obstáculo físico, tendo-se em consideração que é também neste sentido que se opera, de modo mais pronunciado, a variação do ambiente" 18).

Com base nisso, distinguiremos nessa província as seguintes áreas ou secções zoogeográficas:

I — **Setentrional** — Guianas e parte da Venezuela.

II — **Meio-Norte** — Campos e altos-rios da margem setentrional do Amazonas.

III — **Central** — Estuário, baixo e médio curso do Amazonas, com as áreas circunvizinhas.

IV — **Meridional** — Curso médio e superior dos afluentes meridionais do Amazonas.

V — **Ocidental** — Vertente amazônica dos Andes.

É como flora e como fauna que a Amazônia mais interesse tem despertado sob o ponto de vista científico, sobrando razão a Bates quando a considera o "Paraíso dos Naturalistas", pela soma de material e imensas possibilidades que oferece ao estudo nesse terreno.

(17) — *Travels on the Amazon and Rio Negro* — Ward, Lock & Co., Limited — London (s/d) — pags. 327/330.

(18) — Eládio da Cruz Lima — *Mamíferos da Amazônia* — Contribuição do Museu Paraense Emílio Goeldi de História Natural e Etnografia — Belém do Pará/Rio de Janeiro — 1944 — Vol. I, pag. 34.

Não esqueçamos, contudo, que tanto como área botânica como faunística os limites da Amazônia têm algo de impreciso e convencional, não satisfazendo plenamente, a não ser de um modo aproximado, os que lhe têm sido traçados. Além disso, nem sempre há coincidência entre a Amazônia hidrográfica e a Amazônia botânica e a faunística, tanto assim que, embora menor, estas ultrapassam nalguns trechos as raiais naturais daquela como acontece na Guiana e na Venezuela.

V — CONCEITO POLÍTICO

Num sentido mais restrito e nacional, Amazônia designa uma das regiões naturais em que se divide o Brasil. Segundo a divisão corrente, já de há muito adotada para certos fins oficiais, essa região compreende a vasta zona equatorial do País que se individualizou geográficamente em torno do grande rio que a percorre e nomeia. Integram-na as unidades que compõem o quadro político do Setentrião brasileiro — razão porque também se chama Região Norte — e que têm nesse rio, ou nos seus afluentes, o seu nexó geográfico efetivo.

Pela pujança do seu revestimento vegetal, pela riqueza e variedade da sua fauna, pelo número e caudalosidade dos seus rios, enfim pela exuberância e amplitude dos seus cenários é a região de maior interêsse geográfico no País. De um modo geral, ela se acusa e particulariza pelos seguintes traços paisagísticos:

a) grande extensão e notável homogeneidade panorâmica, compondo o maior e mais definido quadro geográfico do País;

b) configuração preponderantemente planiciária, com fracas elevações ao norte e ao sul, sem contrastes pronunciados no conjunto do relêvo;

c) acentuada penetração continental e conseqüentemente ampla margem fronteiriça, o que lhe confere alta significação geopolítica;

d) extraordinária exuberância dos quadros naturais — principalmente no que respeita à flora e hidrografia — com limitada expressão da paisagem cultural no complexo paisagístico;

e) grande rarefação demográfica e baixo padrão de vida da população, o que acentua ainda mais o contraste entre o homem e a natureza no âmbito regional.

Pela sua formação histórica e pela sua homogeneidade física, pode-se dizer que essa região apresenta um sentido de unidade mais definido do que qualquer outra, principalmente sob o último aspecto.

Entretanto a delimitação territorial de tão imensa região não se processou em termos geográficos e sim em função de uma acomodação política, tanto assim que se despresaram, em detrimento da sua unidade natural, as parcelas territoriais de outros Estados que nela se integram naturalmente pela identidade do tipo paisagístico. Achou-se preferível — de certo modo compreensivelmente — sacrificar antes uma individualidade regional do que a integridade territorial de determinados Estados, muito embora se tratasse de uma divisão geográfica e não política.

A Amazônia passou a designar nesse caso menos uma unidade regional do que um conjunto político, atualmente integrado por dois Estados — Pará e Amazonas — com o cortêjo dos Territórios que os ladeiam — Amapá, Rio Branco, Acre e Rondônia. A região ficou assim limitada à área global das unidades políticas supra-mencionadas, uma área de 3.579.991 Km², onde o recenseamento de 1950 acusou a diminuta e diluída população de 1.844.655 habitantes, o que lhe reduz consideravelmente a capacidade representativa no cenário político do País.

Depois da região nordestina, é a que maior número de unidades políticas contem — seis ao todo — sendo que nela se encontram todos os Territórios Federais, com exceção do insular de Fernando de Noronha. Todas essas unidades têm suas capitais fluviais, todas elas se acham em função do rio, já que o rio, como dissemos acima, é o seu nexos comum.

Até meados do século passado essa região manteve-se politicamente indivisa, quando então se constituiu, destacada da do Pará, a Província do Amazonas, que mais tarde seria o Estado do mesmo nome. Os Territórios surgiram muito depois: o do Acre em 1904, subsequente à questão de limites com a Bolívia, e os demais em 1942. “Grão Pará” — tal foi a designação que exprimiu essa unidade político-geográfica no passado.

Essa é a compreensão corrente a respeito da Amazônia, compreensão por assim dizer **tradicional** ou **clássica**, mas que talvez fôsse preferível denominar **política**, pela razão acima invocada. José Veríssimo chamou-a “Amazônia propriamente dita” (19). No con-

(19) — *Interesses da Amazônia* — Typ. do Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1915 — pag. 5.

cêrto das regiões naturais do Brasil, ela ocupa o primeiro lugar em extensão e o penúltimo em população, como se verá pelo confronto a seguir:

R e g i õ e s	Área Km2	População
Norte	3.579.991	1.844..55
Nordeste	969.736	12.494.477
Leste	1.261.027	18.893.007
Sul	825.357	16.975.293
Centro-Oeste	1.877.733	1.736.965

VI — CONCEITO ECONÔMICO

Mas a Amazônia não é apenas uma área dotada de configuração fisiográfica peculiar, suscetível de ser definida ou delimitada à luz dêsse ou daquele critério; é também — e sobretudo — um imenso potencial econômico, e como tal uma soma de possibilidades a serem exploradas em função de um critério racional e técnico. E é como perspectiva econômica — fato que até bem pouco não passava de mero tema literário, sem outro sentido senão o de um ufanismo retórico da nossa grandeza geográfica — que se tende a definir e a fundamentar o conceito atual da região.

Com efeito, a Amazônia interessa hoje em dia menos pelo que é no sentido geográfico do que pelo que significa ou promete economicamente falando. Rara é a consideração de ordem geográfica ou científica a seu respeito que não se subordine a uma preordenação econômica e não tenha nessa preordenação o seu **leit motiv**. Há muito que se acha encerrado o ciclo das investigações de puro interêsse científico na região, onde já não aparecem, com a frequência e o sentido com que apareciam outrora, missões que se dediquem a um desinteressado trabalho de pesquisa naturalística, como a Missão Martius, a Missão Thayer, a Missão Rice e tantas outras.

As organizações ou entidades recentemente criadas na região, como o Instituto Agrônomo do Norte, o Banco de Crédito da Amazônia, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, etc., ilustram claramente essa mudança de atitude, quer dizer, essa passagem da nossa mentalidade do plano simplesmente indagativo para o terreno das cogitações práticas.

Presentemente a Amazônia representa menos um desafio à nossa inteligência pelos mistérios do seu solo, da sua flora ou da sua fauna do que um desafio à nossa capacidade de trabalho e de empreendimento pelos estímulos e interêsses que nos suscitam as suas possibilidades econômicas, orientados que devem ser êsses

estímulos e interesses num sentido nacional. Tanto mais quanto, se são grandes as suas possibilidades, não são menores as dificuldades da sua exploração e aproveitamento.

Pode-se até mesmo dizer que o que caracteriza a Amazônia como área econômica é precisamente essa flagrante contradição entre o que ela oferece e o que dificulta, entre o que podemos esperar dos seus recursos e o que temos de enfrentar e de superar para obtê-los numa escala economicamente apreciável.

Isso nos habilita a caracterizá-la sob o ponto de vista econômico nas seguintes bases.

a) grandes disponibilidades de recursos naturais, muito embora esses recursos não se achem ainda convenientemente inventariados;

b) economia preponderantemente extrativista, não só no que respeita aos processos como à mentalidade;

c) deficiência de capitais e conseqüentemente de inversões de vulto, como também de recursos técnicos para realizá-las.

Conhecer e inventariar as imensas possibilidades naturais da região, estudar e estimular os meios de explorá-las e ajustar o seu aproveitamento às necessidades regionais e nacionais — tal é o sentido desse crescente interesse pela Amazônia como objetivo econômico.

“Desenvolver a Amazônia é, por isso, uma sorte de imperativo do destino nacional, completando áreas de clima e produção divergentes e alargando uma fronteira econômica e cultural cuja permanente proximidade do litoral constitui uma limitação às possibilidades de desenvolvimento do País e uma ameaça à sua segurança e unidade” (20).

Operou-se mesmo neste sentido uma verdadeira mobilização da consciência nacional, mobilização da mais alta significação política e econômica, a cujo influxo se deve o advento de um novo estado de coisas relativamente à região e à compreensão dos seus problemas. Isso explica a sua consagração constitucional como objeto de um vasto plano de exploração econômica, muito embora esse plano de exploração figure no artigo 199 da Constituição

(20) — S.P.V.E.A. — Programa de Emergência — Setor de Coordenação e Divulgação — Belém — 1954 — pag. 5.

sob a forma assistencial de um "Plano de Valorização", como se depreende da própria literalidade do referido artigo e seu parágrafo:

"Art. 199 — Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

Parágrafo Único — Os Estados e Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão, para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal".

O que se vê aí é um vasto plano de investimento para o qual a própria nação se fez financiadora. O que seja esse plano de investimento e quais os seus objetivos, dí-lo o art. 1.º da lei que complementou o preceito constitucional — Lei n. 1.806, de 6 de Janeiro de 1953:

"Art. 1.º — O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País".

A execução desse plano, como é obvio, impôs desde logo a necessidade da revisão do conceito da Amazônia, uma vez que as considerações econômicas passavam a primar sobre as demais como base dessa conceituação. E com o novo conceito surgiu o problema de sua delimitação.

VII — OS CRITÉRIOS DELIMITATIVOS E A DELIMITAÇÃO LEGAL

Que se devia entender por Amazônia, para os efeitos do plano estatuído no art. 199 da Constituição ? Qual a sua exata delimitação como área ou unidade econômica? Como proceder, enfim, a essa delimitação ? — Tal foi o problema preliminar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Dos critérios propostos com o fim de solucioná-lo, três soblevam em importância os demais: o geodésico, ofisiográfico e o botânico.

Defendeu o primeiro a Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres, que propôs a extensão da Amazônia, ao sul, até o paralelo 16.º em Mato Grosso e 12.º em Goiás, e a leste até o meridiano 44.º no Maranhão. Do paralelo 16.º a divisória subiria pelo Araguaia até atingir o 12.º e dêste até o referido meridiano pela linha de limites Goiás — Bahia e Maranhão — Piauí.

O critério fisiográfico — se assim podemos chamá-lo — foi proposto pelo Conselho Nacional de Geografia, consubstanciado em notável trabalho do professor Lúcio de Castro Soares, que sugeriu a ampliação da região até os contêrminos da sua rede potâmica, sustentando neste sentido um ponto de vista mais lógico e consentâneo geograficamente falando. Ainda que outras razões o fundamentassem, êsse critério se orientou num sentido nitidamente hidrográfico, o que explica a preferência pelos divisores de águas como base para a delimitação. A divisória se orientaria, de um modo geral, pelo **divortium aquarum** que separa a bacia hídrica da região das duas principais bacias confinantes — a platina e a sanfranciscana — alcançando no Maranhão o vale do Mearim e a zona de baixada. Ainda que divorciado hidrograficamente da bacia amazônica, o oeste maranhense ficaria assim incluído na região por efeito de outras razões fisiográficas, que supririam a falta de filiação hidrográfica no caso.

A delimitação com base no revestimento botânico, critério adotado no projeto de lei que regulava o Plano de Valorização Econômica da região, teve entre os seus defensores o relator do projeto no Senado, senador Alvaro Adolfo da Silveira, que o fundamentou nos seguintes termos:

"A cobertura botânica assinala a diferenciação geográfica e dá o caráter típico e inconfundível à região. Toda a vida do ecúmeno amazônico está subordinada às condições ecológicas impostas pela floresta e pelo rio Amazonas. A economia humana não podia fugir ao imperativo do meio. De modo que, sendo a principal característica da região essa floresta típica e o principal fator da sua economia, é lógico que a delimitação da região a que corresponde se faça por ela, isto é, pela fímbria dessa floresta, no ponto de transição com terras de outra cobertura ou formação. Devemos observar que, com isto, grandes trechos dos Estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso ficarão compreendidos na área amazônica, que terá de receber o influxo dos recursos constitucionais" (21).

Dos três critérios prevaleceu o geodésico, com ligeiras alterações na proposta apresentada pela Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres. Sob o ponto de vista geográfico, não foi certamente o mais acertado. Além de convencional e precário, como todo critério abstrato, ele oferece o inconveniente de projetar arbitrariamente os limites da Amazônia além das raias naturais da sua bacia hidrográfica, incluindo no seu âmbito trechos de outras bacias contíguas, como a do Paraguai ao sul e a do Parnaíba a leste.

"Tal delimitação por dois paralelos, um meridiano e divisas interestaduais, inclui no âmbito amazônico grandes porções extra-amazônicas do território nacional, do ponto de vista geográfico e econômico. Com ela a Amazônia — tão bem definida, **como região**, pela área de ocorrência da sua floresta característica, teve suas fronteiras naturais deslocadas centenas de quilômetros para dentro de outras regiões geográficas, crescendo — **arbitrária e artificialmente** — mais de 640 mil quilômetros quadrados, área muito

(21) — Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Parecer) — Departamento de Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1951 — pag. 13.

superior às dos Estados da Bahia e Minas Gerais, e maior que a do próprio Estado de Goiás" (22).

Não se pode limitar razoavelmente uma região com critérios dessa natureza, aplicáveis e aceitáveis quando se trata de divisões político-administrativas ou judiciárias, como comarcas, municípios, departamentos ou estados, mas nunca a uma região, que é uma entidade eminentemente geográfica e como tal insuscetível de limitações abstratas.

Com ligeiras alterações, como já dissemos, prevaleceu a delimitação proposta pela Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres, delimitação essa que mereceu a sagração oficial da Lei n. 1.806, de 6 de Janeiro de 1953, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em cujo artigo 2.º vêm definidos os termos dessa delimitação.

"Art. 2.º — A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16.º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13.º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44.º".

De acôrdo com o dispositivo acima, a Amazônia ficou acrescida de 861.533 Km² da área de Mato Grosso, 304.610 Km² da de Goiás e 285.747 Km² da do Maranhão, ao todo 1.451.892 Km² (23), que adicionados à área anterior da região perfazem um total de 5.031.883 Km². Se computarmos a área integral de alguns municípios seccionados pelos referidos paralelos e meridiano, mas considerados não obstante municípios amazônicos para certos efeitos legais, a área da região extender-se-á ainda mais.

No que respeita à população, considerável foi também o acréscimo, equivalendo a cerca de 1.704.934 habitantes, que elevaram a população absoluta da região para 3.549.589 habi-

(22) — Lúcio de Castro Soares — *Limites Meridionais e Orientais da Área de Ocorrência da Floresta Amazônica em Território Brasileiro* — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro — 1953 — pag. 119.

(23) — Lúcio de Castro Soares — *op. cit.*, pag. 120.

tantes, índice demogràficamente diminuto para a sua extensão. Discriminadamente, é êste o quadro da área e população regionais:

Unidades	Área (Km2)	População (1-7-50)
Amazonas	514.099	1.586.473
Pará	1.123.273	1.229.983
Mato Grosso +	201.600	861.535
Goiás +	242.768	304.610
Maranhão +	1.260.566	285.747
Rondônia	36.935	242.983
Rio Branco	18.116	230.660
Acre	114.755	152.589
Amapá	37.477	137.303
	<hr/> 3.549.589	<hr/> 5.031.883

+ Parte amazônica

Se a divisão política sacrificou a unidade geográfica da região para não seccionar a área territorial de determinados Estados, a divisão econômica seccionou êsses Estados em favôr da unidade regional, muito embora essa unidade regional tenha sido definida em termos geodésicos e não fisiográficos.

Temos dêsse modo duas classes de unidades políticas na região: as undades amazônicas e as semi-amazônicas, conforme estejam total ou parcialmente integradas nela. Constituem o primeiro grupo as unidades reconhecidamente amazônicas — Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Rio Branco e Amapá — e o segundo os três Estados que lhe foram parcialmente incorporados para os

efeitos do planejamento econômico — Mato Grosso, Goiás e Maranhão (24).

* *

Como conceito econômico, a Amazônia tornou-se muito mais ampla do que tradicionalmente já o era, embora essa ampliação não corresponda exatamente às condições que a distinguem como tipo paisagístico e ambiência humana.

Pela amplitude que lhe foi dada e pelo que se deduz do espírito da legislação que rege o seu planejamento, fica-se até mesmo com a impressão de que essa Amazônia não constitui propriamente uma área geográfica definida ou uma região natural, mas antes um certo aspecto carenciado da vida nacional visto em termos geográficos, e como tal um conjunto de problemas que precisam ser encarados em função de um dado espaço, para efeito de equacionamento e solução. Daí a amplitude que lhe foi dada — mais da metade do território nacional — e a falta de atinência geográfica na sua delimitação.

Pela maneira como foi traçada, essa delimitação parece indicar apenas o limite provável de repercussão desses problemas. Para solucioná-los, mister seria precisar no espaço a sua área de manifestação, "regionalizá-los" melhor diríamos, convindo salientar que isso nada mais seria do que uma exigência metodológica e um princípio de organização.

A nova concepção da Amazônia, com efeito, exprime antes uma consideração humana do que uma fórmula ou conceito geográfico, o que explica por certo o que há de arbitrário ou convencional nela. É a condição humana, e não a paisagem natural, que prevalece como base dessa concepção. Ainda que criticável geograficamente falando, ela encerra um mérito que sobreleva todas as suas inconseqüências geográficas: o de ter definido a Amazônia em função das vicissitudes do homem e não dos aparatos da natureza.

(24) — Para uma visão de conjunto das áreas amazônicas desses Estados ver o excelente trabalho de Marília e Roberto Galvão: *Áreas Amazônicas de Mato Grosso, Goiás e Maranhão* — S.P.V.E.A. — Belém — 1955.

2.^a P A R T E
A P A I S A G E M

I — ASPECTOS GERAIS

A Amazônia representa, no continente como no Globo, o espaço tropical por excelência. Todos os atributos da tropicalidade atingem nela a sua máxima expressão como paisagem, e quaisquer que sejam as formas que revistam os seus quadros naturais, êles denunciam invariavelmente, com a mesma pujança e desenvoltura, a identidade dêsse tipo paisagístico.

A paisagem como que permanece igual a si mesma em quase tôda a sua extensão, acusando, não obstante a sua admirável exuberância, um traçado por demais simples e uniforme. A desmesurada extensão da área reforça, de maneira impressionante, a pujança e uniformidade do quadro paisagístico.

Martius e Spix sintetizaram muito bem, em relação a certo trecho da região — arredores de Belém e ilhas circunvizinhas — essa impressão de uniformidade do conjunto amazônico: "...é característico desta região o ser, por tôda parte, igual na feição de sua paisagem tranqüila, como que estabilizada mais pelo constante conjunto harmonioso da natureza do que pela variedade" (25).

Em nenhuma outra parte da superfície terrestre é possível encontrar-se um complexo hídrico-botânico que o suplante. Ainda que imponente, a Hiléia africana não se lhe compara em extensão, nem sob o ponto de vista potâmico, o mesmo se dando com a **jungle** asiática, além do mais já muito trabalhada pelo homem; e a selva das grandes ilhas da Insulíndia, por sua vez, fica prejudicada consideravelmente na sua unidade de conjunto pela descontinuidade geográfica.

De tôdas as suas congêneres, a Hiléia amazônica é a que melhor encarna as reservas da primitividade na face do Planêta, pois em nenhuma outra é mais concentrada e grandiosa a exuberância do quadro geográfico-botânico.

(25) — **Viagem pelo Brasil** — tradução de Lúcia Furquim Lehmeyer — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1938 — 3.º Vol., pag. 473.

Em largos trechos, “a natureza apresenta aí êsse caráter selvagem e magestoso em face do qual todos os esforços da cultura desaparecem”, como diz Humboldt caracterizando o esplendor natural dos trópicos (26). Nesses trechos, a impressão que se tem é realmente a daquela “página inédita e contemporânea do Gênesis” de que nos fala com exaltação Euclides da Cunha, onde o homem “é ainda um intruso impertinente” (27).

Como conjunto fisiográfico, com efeito, a Amazônia se notabiliza pela extensão, pujança e homogeneidade dos seus quadros naturais, onde a planície, a floresta e o rio compõem, num amplo e grandioso delineamento, os traços mais salientes e expressivos da sua fisionomia como paisagem.

Uma vasta planície sedimentar, de origem terciária na sua maior parte, reveste-se aí de uma densa e luxuriante cobertura vegetal, desde a costa atlântica até os Andes, numa concentrada e maciça uniformidade, só quebrada pela ocorrência isolada de alguns campos ou pelas grandes caudais que a recortam.

Ao norte e ao sul dessa planície as terras vão se elevando gradativamente, em suaves linhas de nível, até atingirem, já nas extremas da região, as suas mais elevadas cotas hipsométricas, que representam como que as suas balisas naturais. Ainda que as transições se operem algumas vezes de modo abrupto, não há propriamente contrastes pronunciados no relêvo.

A Amazônia — já se disse — é um anfiteatro, e a disposição do seu relêvo confirma isso, devendo-se apenas acrescentar que se trata no caso de um anfiteatro muito irregular, não só pela sua forma incompleta e excessivamente alongada como também pela posição assimétrica do Amazonas relativamente ao conjunto.

A gradação de nível dêsse imenso anfiteatro imprime diferenças se não definidas pelo menos bem sensíveis no relêvo da região, diferenças que podem ser tomadas como base não só para uma divisão física como econômica dos seus quadros naturais. Assim é que, de acôrdo com essa gradação, temos 3 zonas de diferenciação: a **várzea**, a **terra firme** e o **planalto**.

(26) — *Essai sur la Géographie des Plantes* — Chez Fr. Schoell — Paris — 1807 — pag. 28.

(27) — *À Margem da História* — Livraria Chardron — Porto — 1909 — pag. 4.

Idem — *Contrastes e Confrontos* — Companhia Portuguesa Editora — Porto — 1917 — pag. 309.

A várzea é a zona contígua ao rio, de origem mais recente, quartenária, onde ainda não se consolidou o processo modelador da planície. É aí que se acusam de maneira mais direta e constante as influências do rio, sendo por isso mesmo a parte geograficamente mais interessante e importante da região.

Le Cointe caracteriza-a de modo muito expressivo nos seguintes termos: "... larga e plana de cada lado do rio, esta parte da bacia parece antes uma região surgida há pouco de uma grande inundação, com as depressões ainda alagadas e unidas por vários canais por onde extravasam, através de embocaduras imprecisas, as águas de inúmeros afluentes de curso inferior indeterminado. Tudo isto forma, de cada lado da calha central, uma verdadeira confusão de lagos, **paranáas, furos, igarapés e rios**, nos quais a correnteza varia de sentido e cujo aspecto muda periodicamente de acordo com o nível das enchentes e da abundância das chuvas" (28). Ainda que nem sempre se apresente assim, é este certamente o seu aspecto mais característico e interessante.

A colmatagem exercida pelas águas fluviais torna-a particularmente apropriada às atividades agrícolas, não obstante o seu reduzido aproveitamento com esse fim; além disso, é a zona piscatória por excelência, não só devido à presença do rio como também ao seu grande rendilhado lacustre. Os trechos alagados da várzea, quando tomados pela floresta, constituem o **igapó**; quando cobertos de vegetação menor, formam os **pirizais, mangais, aningais**, etc., conforme o tipo de vegetação correspondente ao caso. A contrapartida desses pontos alagados são os **têsos**, quer dizer, os trechos da várzea que se conservam sobrestantes às inundações, ainda que muitas vezes precariamente.

Pierre Gourou avalia o vargado amazônico em 60.000 Km² (29); Marbut atribui-lhe 10% da área regional, uma vez que estima em 90% as demais terras não consideradas como tal (30). Mas tanto um como outro cingiram-se apenas às várzeas do Ama-

(28) — *L'Amazonie Brésilienne* — Augustin Challamel, Éditeur — Paris — 1922 — Vol. 1.º pags. 148/9.

(29) — "Observações Geográficas na Amazônia" — in *Revista Brasileira de Geografia* — Ano XI, N. 3 e ano XII, N. 2 — pags. 401 e 240 respectivamente. Há separata.

(30) — *Rubber Production in the Amazon Valley* — Government Printing Office — Washington — 1925 — pag. 56.

zonas, quando outros importantes existem na região, como as do litoral e as da **baixada maranhense**, muito embora as mais típicas e extensas sejam as do grande rio. Só as várzeas do estuário do Amazonas, segundo estimativas recentes (31), somam 2 milhões e meio de hectares, 25.000 Km² portanto.

Em seguida à várzea vem a **terra firme**, assim chamada por ser formada de terrenos mais altos, não atingidos pelas inundações, muito embora constituam parte integrante da planície, de que formam a porção mais antiga e elevada. É a zona de transição entre a planície de inundação e o planalto. e como toda zona de transição nem sempre apresenta limites bem definidos em relação às confinantes.

O seu relevo é modesto, com fracas cotas hipsométricas e suaves ondulações, denunciando formas ou estádios diferentes de desnudação. As transições da várzea para a terra firme revestem por vezes formas ou aparências escarpadas, sem que isso afete sensivelmente o conjunto do relevo ou da paisagem. Além da sua significação particular como uma das sub-zonas da região, com o seu aspecto e a sua flora característicos, a **terra firme** apresenta, em relação à zona precedente, uma função supletiva importante, qual seja a de ser utilizada como refúgio ou zona preventiva contra os efeitos ou ameaça das inundações, tão freqüentes na região. A limitada e precária segurança que, neste sentido, os **têsos** oferecem na várzea, torna-se aí mais ampla e efetiva.

Sob o ponto de vista agrícola, as suas terras são mais pobres em relação às da várzea, e isso porque:

a) devido a sua posição, não se favorecem da colmatagem fluvial, como se dá com as da várzea;

b) sendo mais antigas, acham-se trabalhadas há mais tempo pelos fatores diagenéticos, que as desfalcaram de certas qualidades originais.

Isso não autoriza, entretanto, a sua contra-indicação para a agricultura. tanto assim que uma das mais tradicionais zonas agrícolas da região — a zona bragantina — está compreendida nelas. Sob o ponto de vista da pecuária, elas oferecem mais van-

(31) — Rubens Rodrigues Lima — **A Agricultura nas Várzeas do Estuário do Amazonas** — Boletim Técnico do Instituto Agrônomo do Norte n. 33 — Belém — 1956 — pag. 39.

tagens do que as da várzea, não pelo que respeita à constituição do solo ou natureza das forragens, mas pelas condições de segurança e estabilidade a que acima nos referimos.

Além disso, é aí que residem as grandes possibilidades da economia extrativista da região, pois a mata que as reveste apresenta composição mais variada e valiosa sob o ponto de vista econômico. Dessa mata já se disse, não sem exaltação na forma e no sentido, "que é ao mesmo tempo um imenso parque florístico e uma esplêndida estufa de plantas finas, um celeiro inexgotável de matérias primas e uma farmácia bem provida de medicamentos, um laboratório em que se reúnem, lado a lado, os mais capitosos perfumes e os mais violentos tóxicos" (32).

O planalto ocupa a parte mais alta e mais antiga da região; é a menos importante das suas subzonas, não tanto pelo que toca ao tipo paisagístico, nem sempre expressivo ou interessante, mas pelo que respeita ao seu afastamento em relação à calha central da região, representada pelo Amazonas.

"O maciço cristalino guiano-brasileiro, reduzido a um peneplano, é a mais irregular forma de relêvo que apresenta a Amazônia, mercê da sua constituição geológica de rochas antigas, dobradas e formando estruturas complexas, sujeitas a um longo período de erosão" (33).

Essas terras antiquíssimas revestem com frequência o aspecto de extensas formações campestres, como no caso dos campos de Rio Branco ao norte e de Goiás ao sul, ou quando não isso o de formações mistas sob o ponto de vista botânico, como em certos trechos do norte de Mato Grosso.

Esta parte do relêvo amazônico é vulgarmente conhecida com a designação de **altos rios**. Os cursos d'água acham-se aí em plena juventude, com seus vales em geral escavados em talude, apresenando, com raras exceções, muitos **rápidos** e **corredeiras**. É aí que encontramos as principais serras da região: Parima, Pacaraima, Acaraí e Tumucumaque, dominadas pelo Roraima, seu

(32) — Gastão Cruls — **Hiléia Amazônica** — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1955 — pag. 13.

(33) — Pedro Moura — "O Relêvo da Amazônia" — in **Revista Brasileira de Geografia** — Ano V, n. 3 — pag. 334. Reproduzido em **Amazônia Brasileira**, publicação especial do C.N.G. sobre a região.

ponto culminante, ao norte; Parecis, Roncador e Gradaús ao sul — referências mais notáveis do planalto brasileiro na encosta amazônica.

É a zona predileta da mineração (ouro, diamante, manganês, cristal da rocha), destacando-se também na criação de gado e, em menor escala, no extrativismo em geral.

II — A PLANÍCIE

É com base na planície que se definem e caracterizam, em grande parte, os cenários amazônicos. Ocupando o trecho central e mais importante do conjunto, ela encerra o que a região apresenta de mais típico e significativo sob o ponto de vista natural e humano.

Pela sua grande extensão e fraca declividade em relação ao nível de base, essa imensa rechã constitui a formação mais completa no seu gênero, compondo o mais amplo e soberbo conjunto planiciário do Planeta.

Dada a sua origem eminentemente aluvionar, ela oferece, como nenhuma outra, um vasto e interessante campo de observação para o estudo das formações sedimentares, e neste sentido pode-se dizer que dificilmente existirá na superfície terrestre exemplo mais completo e expressivo do processo dessas formações como na Amazônia.

Extendendo-se desmesuradamente pelo continente a dentro, do Atlântico às faldas dos Andes, a planície vai se alargando sensivelmente no sentido dessa penetração, atingindo sua maior largura ao longo do curso médio do Amazonas, onde, à altura da longitude 68°. (ocidental), estende-se por cerca de 800 milhas (34).

Esse alargamento progressivo para o oeste levou Derby a atribuir-lhe a forma de um frasco florentino deitado, com o gargalo voltado para leste, achando outros, como Marbut e Pedro Moura, que a sua forma lembra antes um leque disposto no mesmo sentido.

"O maciço guiano-brasileiro — diz este último geólogo — formado de rochas muito antigas cristalinas, cujos afloramentos são comuns na zona costeira desde o Rio Grande do Sul ao extre-

(34) — E. W. Shanahan — *South America* — Methuen & Co. LTD. [London]; E. P. Dutton & Co. New York) — 1953 — pag. 82.

mo norte do nosso país, como que estrangula, junto à embocadura do Amazonas, a sua planície.

Dessa maneira, adquire a planície amazônica a forma de um amplo leque que se abre para oeste, estendendo-se muito além de nossas fronteiras, indo morrer nos contrafortes da cordilheira dos Andes; para o sul esbarra nas chapadas do planalto central brasileiro e ao norte nas elevações do peneplano das Guianas, o qual se inflete na direção leste-oeste, dando as linhas de conformação do nosso continente" (35).

Delimita-a ao norte e ao sul a linha das primeiras cachoeiras dos afluentes do Amazonas. Ao norte ela abrange o baixo curso de todos os seus afluentes da margem esquerda, alcançando no Rio Negro o curso médio dêste. Ao sul ela compreende o curso inferior dos afluentes orientais da margem direita da grande caudal, do Tocantins ao Madeira, e a totalidade do curso dos afluentes ocidentais desta mesma margem no Brasil, a partir do Purus para cima (Purus, Juruá, Javari).

A linha dessas primeiras cachoeiras reveste-se de interesse sob vários aspectos: topográfico, geológico e humano. No primeiro caso porque representa a passagem da planície para o planalto, o que não significa apenas uma mudança de nível; no segundo porque denuncia geralmente o afloramento das rochas do embasamento, constituindo como tal um ponto de contacto entre esse embasamento e os terrenos sedimentares; e no terceiro, finalmente, porque não raro concorre para a fixação do elemento humano em torno, via de regra a jusante dessas cachoeiras, devido à necessidade de transbordo. Pôrto Velho e Tucuruí exemplificam muito bem isso.

O considerável espraio dessa planície mostra quão imprópria é a expressão "vale do Amazonas", com que freqüentemente se designa o perfil das vertentes dêste rio. Como já de há muito notaram Orton e Agassiz, o que vulgarmente se entende por êsse nome está longe de ter na realidade a configuração correspondente. A simples verificação das cotas de nível, com efeito, nos convencerá disso.

(35) — O. cit., pag. 363.

Em vez de um vale encontramos aí um vasto espraio das vertentes, onde nada lembra ou sugere aquela configuração, a não ser remotamente, em certos trechos, quando há maior aproximação do planalto.

Por sua vez, a formação geológica se casa perfeitamente com a uniformidade do tipo paisagístico. Com efeito, "a geologia das vizinhanças do Amazonas é monótona como a sua paisagem ribeirinha. O solo pouco movimentado apresenta sempre a mesma formação em grandes extensões; de outro lado, rochas de idades diferentes têm o mesmo aspecto, de forma que temos necessidade de fazer grandes percursos para notar diferenças e tirar poucas conclusões" (36).

Segundo a suposição geralmente aceita para explicar a sua origem, essa planície foi originariamente uma longa passagem ou braço de mar compreendido entre os dois mais antigos escudos continentais, o guiano ao norte e o brasileiro ao sul, e posteriormente também fechado do lado do Pacífico em virtude da sublevação dos Andes. Com essa sublevação, que forçou o escoamento de suas águas para o lado de leste, e em consequência não só da intensa sedimentação como dos movimentos epirogênicos posteriores, essa mar foi aos poucos rasando e finalmente secando, transformando-se assim na grande rechã que hoje conhecemos.

De modo que, conservando-se pouco acima do nível do mar e espraioando-se pelo continente a dentro como se fôra o seu prolongamento, ela sugere ainda, até no aspecto e extensão da sua cobertura vegetal, a imagem do antigo oceano que foi.

(36) — Odorico Rodrigues de Albuquerque — **Reconhecimentos Geológicos no Valle do Amazonas** — Boletim n. 3 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1922 — pag. 5.

III — O RIO

Em nenhuma outra região o rio assume tanta importância fisiográfica e humana como na Amazônia, onde tudo parece viver e definir-se em função das águas: a terra, o homem, a história. Aquí, mais do que em qualquer outra parte, será acertado dizer que o rio condiona e dirige a vida.

Como um poderoso ímã líquido, êle submete à sua gravitação todos os aspectos importantes da vida regional, de tal modo que não podemos estudar a região, sob qualquer ponto de vista que seja, sem o prévio reconhecimento da importância do elemento líquido como base dêsse estudo ou consideração. "Em estudos de ciência pura, para a compreensão da região amazônica como um todo, a água deve ser considerada como o fator mais característico no conjunto da Hiléia" (37).

É o rio, com efeito, que comanda e ritmiza a vida regional. É êle que, com a sua poderosa e contínua ação erosiva, modela e anima a fisiografia da região; que com as suas enchentes e inundações periódicas fertiliza grande parte das terras e da floresta; que com a sua extensa rêde líquida, caudalosa e desimpedida, permite a circulação, o comércio e a sociabilidade; que preside, enfim, à condensação e distribuição do elemento humano na paisagem.

Quando falamos em "rio", deve subentender-se no caso não só o Amazonas e sua imensa rêde hídrica como também, por extensão, os outros cursos d'água da região não filiados a êsse grande rio, como o Oiapoque, o Araguari, o Gurupí, etc., que embora secundários não são negligenciáveis nas considerações de ordem geral sôbre a região.

Esse imenso conjunto fluvial, onde avulta o traçado portentoso do Amazonas, impressiona tanto pela extensão como pela caudalosidade, ocupando, sob êste ponto de vista, uma posição

(37) — Harald Sioli — "Alguns Resultados e Problemas da Limnologia Amazônica" — "Boletim Técnico do I.A.N. n. 24 — 1951 — Belém — pag. 4.

singular e incontrastável no Globo. “Tudo o que se ouve contar — diz Agassiz — tudo o que se lê sôbre a grandeza do Amazonas e seus tributários é insuficiente para dar uma idéia da imensidão do seu conjunto. É preciso navegar meses inteiros nessa bacia gigantesca para compreender até que ponto é extraordinário aí o predomínio da água sôbre a terra. Esse labirinto líquido é bem mais um oceano de água doce, cortado e dividido pela terra, do que uma rêde fluvial” (38).

Ao entrar em território brasileiro, ainda muito distante da foz, o Amazonas já oferece aquêle “aspecto de fôrça e amplidão” de que nos fala Elisée Reclus, e aspecto que conserva e acentua até o mar. No concôrto potâmico do Planêta, o grande rio se distingue e avulta pelos seguintes traços, que assinalam e caracterizam a sua individualidade hidrográfica:

a) ausência de delta, muito embora admita-se a existência de uma formação deltaica na sua subfoz, dada a origem aluvionar das ilhas que aí se encontram;

b) desmesurada extensão e caudalosidade da rêde de drenagem, o que lhe assegura um despêjo considerável, infelizmente ainda não determinado, variando as estimativas entre 80.000 e 120.000 m³ por segundo, em média;

c) posição assimétrica do rio em relação a essa rêde, razão por que os afluentes de uma margem abrangem uma área quase duas vêzes maior do que a abrangida pelos da outra margem;

d) inúmeras ramificações funcionando como rêde auxiliar em tôrno da caudal — lagos, **furos e paranás** — constituindo não raro verdadeiro aranhôl fluvial, sobretudo em certos trechos do curso inferior (foz e Baixo Amazonas);

e) ínfima declividade do curso e consequentemente reduzida velocidade da correnteza, sendo aquela cêrca de 27 mm. por km. e esta de 2 km. por hora na estiagem e mais do dôbro nas grandes enchentes, alcançando 7 km. na angustura de Óbidos (Le Coïnte);

f) notável regularidade do regime, com cheias periódicas e

(38) — Voyage au Brésil — tradução de Felix Vogeli — Librairie de L. Hachette et Cie. —
— Paris — 1869 — pag. 260.

regulares, não atingindo, a não ser por exceção, proporções catastróficas (cheias extraordinárias ou anormais).

Como todos os grandes rios, o Amazonas apresenta uma série de problemas, uns ligados ao seu curso, outros ao seu regime, tais como o da determinação exata das suas nascentes, o da verdadeira extensão da sua foz, o da causa real das suas cheias extraordinárias, etc..

Ainda hoje se discute se o curso do Amazonas vem pelo Tunguragua-Marañon ou pelo Vilcanota-Ucayali; se o rio tem delta ou não tem; se apresenta duas embocaduras — Macapá ou do Norte e Rio Pará ou do Sul, separadas pela ilha de Marajó — ou se apenas uma — a de Macapá ou do Norte. Também o mecanismo das suas cheias extraordinárias não está de tudo esclarecido, restando pontos obscuros que suscitam dúvidas e impõem reservas ao observador, muito embora haja concordância de vistas quanto às condições gerais que regem as mesmas.

Realmente, na consideração das cheias do Amazonas, quaisquer que elas sejam, não se pode deixar de levar em conta um conjunto de condições, que esquematizaremos do seguinte modo:

- a) a grande extensão da bacia e seu elevado índice pluviométrico;
- b) a interferência do regime dos afluentes, quando não reflectiva, perturbadora;
- c) a fraca declividade do rio e o crescente atulhamento da foz;
- d) a influência dos degelos andinos, mediata mas importante.

A poderosa dinâmica do rio, por sua vez, suscita uma multiplicidade de fenômenos interessantes, em geral mais decantados do que conhecidos, entre os quais se destacam a **pororoca** e as **terras caídas**. Não se deve, entretanto, exagerar o vulto ou extensão desses fenômenos, tanto mais quanto são freqüentes outros cursos d'água de importância, variando apenas as proporções que assumem no Amazonas.

O primeiro é uma consequência da tensão entre as águas do rio e o fluxo oceânico, por ocasião das grandes marés de sizígia, principalmente nos equinócios. Poucas horas após o início da enchente, dá-se a ruptura de equilíbrio entre o fluxo montan-

te da maré e a massa d'água do rio, de modo que, assim retardada, a onda da maré precipita-se com violência ao largo da foz e por ela a dentro, sob a forma de uma grande vaga desdobrada noutras mais (em geral duas ou três), que ora se elevam ou se abaixam segundo a profundidade do leito, atingindo entretanto seu maior efeito e fragor nos estreitos e baixios.

Como o próprio nome já o indica, o segundo dêesses fenômenos nada mais é do que o aluimento de certos trechos mais elevados das margens do rio — barrancos ou barreiras — em virtude da poderosa e incessante erosão exercida pelo mesmo, quando êsses trechos elevados, pela sua constituição ou localização, proporcionam maior efeito erosivo à ação das águas.

Ainda que manifesto em tôda a extensão do seu curso, como no dos seus afluentes, êsse poder erosivo do rio patenteia-se com mais intensidade, ao que parece, na secção inferior do mesmo, uma vez que aí a ação mecânica do rio se reforça com a da maré. A zona de Prainha, por exemplo, é uma das que melhor ilustram isso.

Todo êsse trabalho de desgaste, entretanto, fica muito aquém da capacidade construtiva do rio, que incessantemente se transforma e restaura através de um intenso trabalho de sedimentação, acumulando nuns trechos o que retira de outros, colmatando ou atulhando assim lagos e **igapós, furos, igarapés e paranás**; ou quando não isso formando **corôas** e ilhas — as chamadas **ilhas novas** — de que a subfoz do rio oferece variados exemplos, tão bem estudados por Hüber num trabalho hoje clássico no assunto (39).

Pelo que significa como rio e pelo que representa para a região, pela extensão das suas influências e pelo grau de complexidade com que elas se fazem sentir; o Amazonas centraliza em si todos oos grandes problemas geográficos da Amazônia. Daí a necessidade de se ampliar e sobretudo sistematizar os estudos e pesquisas a seu respeito. A começar porque, no plano das con-

(39) — "Contribuição à Geographia Physica dos Furos de Breves" — *Boletim do Museu Paraense (Museu Goeldi)* — Tomo III — pags. 468/471.

siderações científicas, êsses estudos e pesquisas devem constituir a **preliminar geográfica** dos problemas ligados à valorização da região.

Nenhum curso d'água do Mundo exige mais pesquisas e estudos sôbre o seu regime e formação do que êle.

IV — A FLORESTA

O fato geográficamente mais expressivo e que por isso mesmo mais avulta na paisagem amazônica é sem dúvida a sua densa e pujante cobertura florestal, a mais extensa, cerrada e exuberante de quantas revestem a superfície do Globo. Assim como a floresta constitui o elemento mais representativo do Brasil na ordem continental, em oposição aos Andes e aos pampas, assim também, no âmbito nacional, é a Hiléia que define e simboliza a Amazônia.

Cobrindo uma extensão de 4.161.482 km², que corresponde a 48,87% da superfície total do país, essa imensa floresta representa, pelo espaço que ocupa e pela diminuta população que tem, a maior "área-problema" do Brasil (40). No quadro geral da região, ela forma o background que reforça, modifica ou atenua, conforme o caso, a importância ou efeito cênico dos demais elementos que compõem a paisagem amazônica.

Vista de cima, ela dá a impressão de uma extensa e contínua massa esponjosa, de coloração acentuadamente verde-escura, compondo um cenário muito amplo, indistinto e monótono. Vista dos rios, muda a perspectiva, a visão é outra, mas a impressão da uniformidade e da monotonia não se altera. Por toda a parte e até onde a vista alcança, nada mais se vê ladeando o rio senão a mata, sempre verde, cerrada, luxuriante, como que formando intermináveis paredões ou simples muros rasos, conforme o grau de aproximação do observador em relação à margem.

Dessa floresta tem-se dito muita coisa de acertado e de errôneo, de verídico e de fantasioso, quase sempre com o fito de engrandecê-la ou de exaltá-la, razão por que o que dela se conhece resulta mais das aparências do que da realidade.

(40) — Lúcio de Castro Soares — Limites Meridionais e Orientais da Área de Ocorrência da Floresta Amazônica em Território Brasileiro — Separata da Revista Brasileira de Geografia — Ano XV, n. 1 — pags. 88/89 — Rio de Janeiro — 1953.

"Não corresponde nem às descrições pomposas que dela fizeram, sem tê-la jamais visto, alguns poetas de imaginação fértil, nem os qualificativos pouco amáveis com que a gratificam alguns pseudo-exploradores que, do convez de um confortável paquete, tendo divisado apenas as matas pantanosas da embocadura do Rio, ou mesmo das margens do seu curso médio, alagadas periodicamente pelas enchentes anuais, e que julgaram descrevê-la perfeitamente declarando-a horrível, fétida. absolutamente impenetrável, verdadeiro covil de cobras e de insetos peçonhentos" (41)

Como a tôdas as Hiléias, caracterizam-na a densidade, a estratificação e a heterogeneidade.

A disposição das árvores obedece aí a uma contiguidade muito estreita, emprestando ao tipo associativo um aspecto por demais concentrado e compacto, aspecto êsse que se acentua ainda mais devido à prodigiosa riqueza de epífitas e parasitas de tôda sorte, que enlaçam muitas vêzes as árvores num denso emaranhado de lianas, estemas e festões.

Além de muito cerrada, é também muito estratificada, apresentando várias camadas ou andares perfeitamente definidos, fazendo lembrar por vêzes uma superposição de florestas. Uma missão científica da Universidade de Oxford, estudando a região hileana da Guiana Inglesa, verificou aí a existência de quatro estratos (42). Na realidade, a estratificação depende do grau de influência e de complexidade das condições que regem a vida das associações vegetais, variando conseqüentemente de acordo com essas condições.

De um modo geral e simplificadaamente, distinguem-se na floresta amazônica: no primeiro plano, a vegetação miúda das ervas e arbustos, estrato inferior e primário dessa estratificação, onde abundam as Mirtáceas e as Anonáceas; segue-se a submata, o estrato médio, composto de arbustos arborescentes e de árvores de modesto porte, onde se destacam as Melastomáceas, as Violáceas, as Rubiáceas; e finalmente a mata alta, último estágio do desenvolvimento vertical da floresta, constituindo como tal a co-

(41) — Le Cointe — *O Estado do Pará* — Companhia Editora Nacional — 1945 — pag. 184.

(42) — *British Guiana Papers — Scientific Results of the Oxford University Expedition to British Guiana* — London — 1938.

bertura ou teto do conjunto. Aí predominam as Leguminosas, as Sapotáceas, as Lecitidáceas, as Moráceas. Isso não quer dizer — convém frisar — que as famílias predominantes num estrato não estejam representadas noutro. Como já dissemos, o esquema acima acha-se definido em termos gerais, tanto assim que nos referimos a famílias e não a gêneros e espécies.

Porém o que mais distingue a floresta amazônica, como aliás tôdas as florestas do seu gênero, é a sua feição acentuadamente heteróclita. Ao contrário das florestas das zonas temperadas, que se caracterizam pela sua notável homogeneidade, com a predominância incontestável das Coníferas, as Hiléias não, apresentam-se muito heterogêneas sob o ponto de vista da composição.

Nessas condições, qualquer reconhecimento botânico ou fitogeográfico, mesmo em áreas restritas, assume aí um caráter muito mais árduo e complexo do que em qualquer outra floresta não hi-leana. Razão tem portanto Pierre Deffontaines quando considera a floresta amazônica como um verdadeiro museu vegetal, tanto pela variedade como pela anciandade, vendo nela um resíduo das grandes florestações da era terciária (43). Essa heterogeneidade, entretanto, está longe de corresponder ao que frequentemente se diz a seu respeito, muito embora os exageros não deixem de traduzir uma impressão aparentemente legítima dos fatos.

Num sentido vulgar e regional, mas que nem por isso deixou de merecer acolhida científica, tal a significação da distinção que exprime, distinguem-se nessa floresta duas partes frequentemente bem caracterizadas sob o ponto de vista fitofisionômico: a floresta da várzea e a da **terra firme** ou, consoante a designação indígena, **caa-igapó e caa-etê**.

A primeira é a parte da floresta contígua ao rio, sujeita conseqüentemente às suas inundações periódicas; a segunda compreende a floresta não sujeita diretamente às influências fluviais, situada que se acha em terrenos mais elevados e apartados dos cursos d'água.

(43) — *Geografia Humana do Brasil* — Casa do Estudante do Brasil — Rio de Janeiro —
— 1952 — pag. 93.

Na **terra firme a mata** apresenta-se mais imponente, mais variada, mais harmônica e definida sob o ponto de vista fitofisiológico; as árvores são geralmente mais desenvolvidas e linheiras, de textura mais rígida e regular, dotadas portanto de maior densidade e peso específico, o que as torna mais apreciáveis comercialmente falando. Nem sempre é fácil, entretanto, distinguir essa parte da floresta da que se localiza na várzea, e as razões dessa imprecisão mostrou-as muito bem Hubert no seu clássico trabalho sobre o assunto. Reportando-se às matas da **terra firme** e focalizando as razões dessa imprecisão, diz êle:

"À primeira vista não parece difícil distinguí-las, mesmo pela elevação do terreno, das matas da várzea; porém nos rios que mostram terraços fluviais (e êstes provavelmente são mais frequentes do que se pensa geralmente) pode às vezes haver dúvida se êstes têm de considerar-se como pertencendo à planície aluvial ou à **terra firme**, tanto mais que a sua elevação acima das planícies de aluvião é geralmente insignificante. A extensão enorme dos terrenos aluviais do Amazonas e dos seus afluentes, junto ao seu relêvo muito fraco, que sob o manto da vegetação luxuriante quase não aparece, torna difícil o reconhecimento da sua extensão e dos seus limites exatos. A composição mesma da mata não é sempre um indício certo, existindo, como acabamos de ver, matas de várzea que apresentam grandes analogias e muitas vezes elementos comuns com as matas da **terra firme**. Em grandes extensões, como por exemplo entre os rios Purus, Juruá e Javari a chamada **terra firme** não parece ser outra coisa senão uma superfície de aluviões fluviais pouco mais antiga, agora fora do alcance das inundações e modificada pela erosão subsequente" (44).

Além das variações impostas pela topografia, como a que acabamos de ver, outras há nessa imensa floresta resultantes das condições edáficas e climáticas, principalmente destas últimas, mas ainda não satisfatoriamente precisadas, o que dificulta a sua exata delimitação fitogeográfica.

(44) — "Mattas e Madeiras Amazonicas" — Boletim do Museu Goeldi — Vol. VI, pags. 122/3.

Curiosa e estranha é também aí a situação das ocorrências campestres, tão curiosa e estranha que parece difícil uma explicação geral e unificada a respeito das suas origens, dado o modo de distribuição e variedade dessas formações, muito embora se explique geralmente a sua existência em função da natureza pouco higroscópica dos solos. Trata-se, contudo, de uma explicação evidentemente insatisfatória para algumas dessas formações, a começar porque, como nota Katzer, êsses campos foram originariamente superfícies alagadas ou pelo menos fortemente irrigadas (45).

Essas "áreas campestres inclusas", como as denominou com muita propriedade J. Sampaio (46), não apresentam o mesmo fácies botânico nem vicejam em solos da mesma contextura. Encontramos aí savanas e campinas; cerrados, capões e campinarianas; campos da várzea, da **terra firme** e do planalto; tudo isso formando geralmente séries ou conjuntos, não obstante haver também ocorrências isoladas, como os campos de Puciari, ao sul do Estado do Amazonas.

É a seguinte a distribuição geral dessas áreas campestres, segundo o esquema de Adolfo Ducke: "Uma série de campos acompanha o litoral atlântico, inclusive a ilha de Marajó; uma outra segue o curso do baixo Amazonas no Estado do Pará; uma terceira é situada pouco aquém da fronteira norte, do alto Rio Branco pelos formadores do Trombetas até o alto Jari; uma quarta nos afluentes meridionais do grande rio, no extremo sul do Pará e Amazonas" (47). Acrescente-se a isso, muito embora só por extensão sejam enquadráveis na flora regional, as formações campestres do setentrião goiano e matogrossense e ter-se-á completado o quadro geral dessas formações na Amazônia.

(45) — "Geologia do Estado do Pará" — in *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* — Belém — 1933 — Vol. IX, pag. 13.

(46) — *Fitogeografia do Brasil* — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1945 — pag. 39.

(47) — "A Amazônia Brasileira" — in *Anuário Brasileiro de Economia Florestal* — Ano I, n. 1, pag. 35.

V — O CLIMA

O clima da Amazônia é uma fiel e expressiva ilustração de quanto e de como se acham estreitamente relacionadas as condições fisiográficas e atmosféricas de uma região. Basta considerar o climograma da região à luz de um critério fisiográfico, apreciar os índices básicos desse climograma em face dos elementos configurativos da paisagem, para se verificar a estreita correspondência existente entre essas condições.

Situada em plena zona equatorial, recortada de inúmeros e caudalosos rios e apresentando densa cobertura vegetal, a Amazônia só poderia ser uma região de elevado índice de temperatura, higroscopia e pluviosidade.

A temperatura é elevada, com médias anuais geralmente acima de 25°, notabilizando-se sobretudo pela estabilidade, razão por que não existe propriamente inverno no sentido térmico do termo. A maior oscilação anual até agora registrada na região não chega a 3° (Sena Madureira — 2° 6), havendo até mesmo oscilação inferiores a 1°, como em Fonte Boa, no Solimões.

De um modo geral, os lugares situados no interior são mais quentes do que os situados em latitudes correspondentes no litoral, sem que haja nisso relação necessária ou progressão uniforme com a continentalidade. Nos planaltos, por efeito da altitude e dos campos, a temperatura torna-se mais agradável em relação à da várzea.

A 100 km. ao norte de Óbidos, por exemplo, numa altitude de apenas 280 m., Le Cointe (48) verificou uma sensível atenuação de temperatura e de umidade em relação ao clima daquela cidade, fato esse que, em condições mais ou menos semelhantes, tem sido observado noutros trechos da região. Martius e Spix já o haviam notado ao subirem o rio Negro, demonstrando surpresa e satisfação com o mesmo (49).

(48) — *L'Amazonie Brésilienne* — Vo. 1.º, pag. 190.

(49) — *Viagem pelo Brasil* — edição citada — Vol. 3.º, pag. 209.

Tratando-se de uma região muito favorecida sob o ponto de vista potâmico e florestal, datada da maior rede hídrica e da mais densa e pujante cobertura vegetal do continente, o seu clima não podia deixar de refletir condições tão propícias sob o ponto de vista higroscópico. A umidade relativa é sempre muito elevada, acusando, via de regra, médias acima de 80%: Belém 88,3; Manaus 83,4; Porto Velho 79,6; Rio Branco 85,5(50). Nos planaltos, todavia, essa umidade se atenua sensivelmente, apresentando não raro índices muito inferior ao da média regional.

Há mesmo uma certa regularidade no processo dessa atenuação, à medida que nos distanciamos do **flood plain** do Amazonas. É certo que não podemos fazer dêsse fato uma constante climatérica, mas êle comporta inegavelmente uma ampla margem de generalização, particularmente válida para os lugares situados na encosta do planalto das Guianas, onde encontramos as médias higrométricas mais baixas até agora verificadas na região.

Sôbre ser muito quente e úmida, a Amazônia é também muito chuvosa. É mesmo a mais extensa das áreas de elevado índice pluviométrico do Planeta. Se as variações térmicas e higroscópicas são mais sensíveis no sentido transversal da região, da várzea para o planalto, as pluviométricas, ao contrário, se acentuam no sentido longitudinal, do centro para as extremas — zona litorânea e fronteira ocidental — onde as precipitações acusam maior intensidade. Aí a altura pluviométrica ultrapassa por vezes 3.000 mm. anuais, como em Clevelândia no Território do Amapá e Taracuá no Estado do Amazonas. Não obstante isso, encontramos na região trechos que acusam cotas sensivelmente baixas em relação a estas, sendo poucas. contudo, as cotas inferiores a 1.500 mm.: Belém 2.381,1; Manaus 1.956,1; Macapá 1.986,0; Rio Branco 1.381,1; Boa Vista 1.887,5(51).

Como todas as regiões tropicais, a Amazônia tem as suas estações reguladas pela pluviosidade e não pela temperatura, apresentando neste sentido duas estações perfeitamente definidas — inverno e verão — segundo a maior ou menor frequência e inten-

(50) — I.B.G.E. — Anuário Estatístico do Brasil [1955].

(51) — Anuário citado

sidade das chuvas, coincidindo aquêle com a primeira metade do ano e êste com a segunda.

Em certa época do ano e durante alguns dias, a temperatura cai bruscamente em longos trechos da parte ocidental da região, constituindo o fenômeno conhecido regionalmente pelo nome de "friagem". Trata-se, entretanto, de um fenômeno de limitada duração, além do mais circunscrito a determinada parte da região, sem amplitude suficiente para caracterizar um ciclo ou fase estacional.

No que respeita à sua posição em face dos sistemas climatológicos, o clima da região não apresenta problemas de classificação. Na sistemática de De Martonne, êle entre na categoria dos "climas quentes", principalmente na modalidade "guineana"; na de Koppen, enquadra-se entre os do tipo **A**, apresentando as variedades **Af**, **Am**, e **Aw** dêsse tipo climático. Os estudos e pesquisas mais recentes sôbre o assunto baseiam-se na classificação de Koppen, havendo mesmo notáveis contribuições neste sentido (52).

Infelizmente a inópia e a precariedade dos dados meteorológicos não nos permitem por enquanto um conhecimento preciso e minucioso do clima regional, môrmente para estudos dessa natureza. Basta considerar que numa área tão extensa existem apenas 57 estações meteorológicas, na sua maioria de 3.^a classe, além do mais funcionando de modo precário e intermitente. De modo que, "se as condições da rêde meteorológica no Brasil não são, de modo geral, animadoras, no caso particular da região amazônica essas mesmas condições são precaríssimas" (53).

(52) — Fábio de Macêdo Soares Guimarães — "Clima do Brasil" — in **Boletim Geográfico** — Ano III, n. 27. José Carlos Junqueira Schmidt — "O Clima da Amazônia" — in **Revista Brasileira de Geografia** — Ano IV, n. 3 (Há separata). Lysia Maria Cavalcanti Bernardes — "Os Tipos de Clima do Brasil" — **Boletim Geográfico** — Ano IX, n. 105.

(53) — S.P.V.E.A. — **Primeiro Plano Quinquenal** — Setor de Coordenação e Divulgação — 1955 — Vol. 1, pag. 180.

VI — O HOMEM

O que mais nos fere a atenção e sobremodo confrange, quando observamos a paisagem amazônica de baixo de um ponto de vista ou consideração humana, é a reduzida significação que o homem assume nela. Em largos trechos, ela ainda lembra efetivamente aquela "página inédita e contemporânea do Gênese" a que se refere Euclides da Cunha, tal a extensão dos quadros naturais que se conservam virgens da marca ou presença do elemento humano. Daí não serem poucos os geógrafos europeus que ainda incluem a Amazônia como parte do Anecúmeno, integrando a zona dos grandes desertos "verdes", correspondência tropical dos desertos áridos e polares.

Realmente, a mais extensa das regiões naturais do País é também a mais carenciada sob o ponto de vista demográfico. É preciso percorrer a vasta hinterlândia amazônica para sentir a desoladora insuficiência do elemento humano nos seus quadros naturais e o que essa insuficiência significa como problema social, político e econômico para o País.

A imensidade da região e a exuberância dos seus quadros naturais como que absorvem e anulam, no plano paisagístico, a sua já de si escassa e rarefeita população. Numa área de 5.031.883 km². dilui-se uma população de apenas 3.549.589 habitantes, e êsse contraste, por demais expressivo da irrelevância do homem na paisagem amazônica, mostra por si só as proporções que assumem aí os problemas demográficos. Basta considerar que tôdas as unidades políticas que compõem a região, com exceção do Maranhão, apresentam densidade demográfica negativa, quer dizer, não chegam a ter 1 habitante por quilômetro quadrado. Daí porque "faltam braços em toda parte; falam braços nos seringais, nos jutais, nos campos de criação, nas oficinas. A população trabalhista não basta ao expansionismo extrativo e industrial" (54).

(54) — Álvaro Maia — *Gente dos Seringais* — Rio de Janeiro — 1956 — pag. 69.

Essa insuficiência demográfica não seria tão chocante se a população amazônica apresentasse um nível de qualificação que lhe permitisse melhor padrão de eficiência e de produtividade, pois as qualidades e habilitações de uma população atenuam e muitas vezes neutralizam os efeitos das suas deficiências quantitativas. É o que acontece com a Austrália e o Canadá, países de reconhecida insuficiência demográfica, mas que suprem de certo modo as desvantagens dessa insuficiência com o padrão qualitativo da sua população.

Em nenhuma parte do Brasil o espaço assume uma feição tão negativa como na Amazônia. Essa negatividade se exprime sobretudo pelo que ele representa como **distância**, pois como distância, aí como em toda parte, é que ele atua socialmente como fator de isolamento, de dispersão, de dissociabilidade. O espaço constitui nesse caso antes um mal do que um bem. A impressão dominante que se tem aí ainda é aquela que sentiu Vianna Moog: "numa região em que a natureza se concentra para resistir, o homem se dispersou para agredi-la" (55).

Por isso, o primeiro aspecto a considerar no estudo da população amazônica, por constituir a condição preliminar dos demais, é o da sua fraca expressão numérica em relação à área regional. Ocupar efetivamente a Amazônia, dando-lhe conteúdo humano suficiente; realçar a presença do homem nos seus quadros naturais a fim de ampliar a expressão paisagística da Cultura — tal é por certo uma das primeiras, senão mesmo a primeira exigência a atender na política demográfica da região.

Além de escassa e rarefeita, essa população vive em função dos cursos d'água, adstrita aos caprichos do seu traçado, de modo que os "centros" e as mesopotâmias permanecem demograficamente vazios, como verdadeiras áreas anacumênicas. Mesmo ao longo do Rio-Mar, como observou ainda há pouco reputado naturalista patricio, a civilização não ultrapassou as suas barrancas, permanecendo por assim dizer entre o rio e o igapó (56).

O rio constitui, dêsse modo, o condensador demográfico por excelência da Amazônia. São as fozes e as confluências, os

(55) — *O Círculo do Ouro Negro* — Livraria do Globo — Porto Alegre — 1936 — pag. 25.

(56) — José Cândido de Melo Carvalho — *Notas de Viagem ao Rio Negro* — Oficina Gráfica da Universidade do Brasil — Rio de Janeiro — 1952 — pag. 5.

furos e os barrancos, isto é, os acidentes ligados à hidrografia que formam a base das nucleações humanas na região. Com exceção da zona servida pela via férrea bragantina, onde outras condições ditaram essa nucleação, nas demais partes da região é invariável a exemplificação do que ficou dito acima.

Quem percorre êsses rios vê quase sempre uma escassa população ribeirinha escalonada irregularmente ao longo das duas margens, com largos espaços vazios de permeio, e sem outra vinculação efetiva entre si senão a imposta pelo nexu potâmico. Daí dizer um arguto observador da região que, com raras exceções, a população amazônica “vive **do** e **no** rio, submissa e dócil aos seus caprichos” (57).

No que respeita à sua constituição racial, essa população não foge à regra geral da formação étnica do País. Encontramos aí os mesmos tipos que compuzeram historicamente a nação brasileira — o branco, o negro e o índio — bem como os que resultaram da mescla ou mestiçagem dêsses mesmos tipos: o mulato, o caboclo e o cafuz ou curiboca.

Dêsse modo, o quadro demográfico e étnico da Amazônia repete, com poucas variantes, o quadro demográfico e étnico do Brasil. Não só os tipos antropológicos e raciais são os mesmos, como idênticas são as formas e os processos que, no decorrer dos tempos, presidiram à sua miscigenação.

Varia apenas a proporção em que êsses tipos entram na composição da população regional e a importância do papel que aí desempenham sob o ponto de vista social ou econômico. Assim é que o índio, hoje em dia muito reduzido ou mesmo quase inexistente, nas suas condições naturais de vida, noutras partes do Brasil, tem na Amazônia uma alta expressão demográfica, sendo esta região a que acusa maior índice dessa etnia nos seus quadros naturais.

O papel que o negro desempenhou noutras partes do País, desempenhou-o o índio na Amazônia. Não se pode compreender a formação econômica e social da região sem a consideração do elemento indígena, sem o que ficará prejudicada a exata com-

(57) — Edison Carneiro — *A Conquista da Amazônia* — Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas — Rio de Janeiro — 1956 — pag. 10.

preensão dessa formação. O índio foi na Amazônia trabalhador de campo e trabalhador doméstico; distinguiu-se tanto nas atividades econômicas como nas de guerra; foi produtor e pescador; guia, "correio" e militar. Em toda parte encontramos traços da sua presença, de tal forma que nenhuma atividade regional isentou-se da sua influência. Ainda hoje, em largos trechos da região, é ele que denuncia a presença humana no deserto verde; que imprime, ainda que primariamente, a marca inconfundível da cultura na densa e absorvente exuberância tropical.

O negro já não teve o mesmo destaque. Fraca é a sua expressão numérica no seio da população, como reduzida a significação social da sua atuação. Isso naturalmente em relação à importância que ele teve noutras partes do Brasil, onde mais acentuada e profunda foi a sua influência. Para isso concorreram vários fatores ou circunstâncias, que esquematizaremos do seguinte modo:

a) caráter extrativista da economia regional, mais favorável ao nativo do que ao alienígena;

b) abundância e facilidade de obtenção do elemento indígena;

c) distância e posição desfavorável da Amazônia em relação aos centros negreiros;

d) preferência e favoritismo que, noutras épocas, o poder público teve para com o índio, em detrimento do negro, nas suas relações com o branco.

"Brancos e negros não cruzaram, a valer, na Amazônia. Uma legislação severa proibia as relações amorosas entre ambos, taxando de infames os brancos que delas participavam. Brancos e índios, ao contrário, mestiçaram intensamente. O alvará de 4 de Abril de 1755 e instruções posteriores mandou preferir, para os cargos públicos, os que casassem com mulher indígena. Como incentivo maior, a fazenda real fornecida, aos que constituíssem o lar com índia, "um machado, uma foice, uma enxada, uma peça de bretanha, um ferro de cova e sete varas de linhagem, ou estôpa" (58).

(58) — Arthur Cezar Ferreira Reis — *O Seringal e o Seringueiro* — Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 1953 — pag. 39.

Como descendente direto e sucessor do índio, o caboclo constitui o elemento mais expressivo e característico da população amazônica. Produto típico das forças telúricas, êle denuncia não só no aspecto como nos modos e nas atividades um alto grau de adaptação a essas forças, no que essa adaptação significa de passividade e ajustamento às imposições do ambiente.

Aparenta grande desinterêsse ou displicência no seu modo de vida, visto por uns como resultante de um estado patológico, interpretado por outros como reflexo de uma precária formação moral, quando na realidade se trata de uma atitude mental imposta por um comportamento ancestral em relação ao meio.

No sentido demográfico como no econômico, a Amazônia é a mais "cabocla" das regiões naturais do País, devendo-se ver nesse "caboclismo" uma reserva daquilo que há de mais típico e original na formação do Brasil.

Depois do caboclo, o tipo nacional de maior destaque demográfico na região é o nordestino. A êle se deve não só o desbravamento de grande parte da região como até mesmo o aumento da sua área, com a incorporação efetiva do Acre ao território nacional, obra devida incontestavelmente ao seu arrôjo e tenacidade. É ainda a êle que se deve a exploração de certas riquezas regionais, principalmente a da borracha, produção baseada quase que exclusivamente no braço nordestino.

Tão grande e acentuada é a sua influência na região, que isto deu margem, por assim dizer, ao advento de uma nova Amazônia, antropológica e economicamente falando, completamente distinta da Amazônia tradicional ou cabocla: uma Amazônia com outra mentalidade, novos estilos de vida, novos padrões culturais.

"Nasceram assim duas Amazônas quase sem comunicações. Uma das marombas e dos currais do baixo Amazonas, dos oleiros e vaqueiros de Marajó, dos castanheiros do Tocantins e baixo Madeira, dos cacaueiros de Cametá, dos guaranázeiros de Maués, dos piaçaveiros do rio Negro das cuias bonitas de Santarém, dos garimpeiros e criadores do rio Branco, dos mariscadores e "viradores" do Solimões, dos juteiros de Parintins. Chegada à tradição, ao passado, que não é tão morto como se pensa. Com história e com relêvo também. Embora esquecida e sem ambição. Ela

está em contraste violento com a outra Amazônia precipitada, inquieta, excitante. Dos seringueiros do Acre, dos balateiros do Juruá, dos caucheiros do Abunã, dos comboeiros e mateiros do Xapur. Uma Amazônia vivendo à custa da exploração mais que destrutiva, sem amor ao mato ou ao rio. Sangrando as "madeiras", decapitando o caucho, arrasando a balata, para acabar e voltar. Dois tipos antropológicos e econômicos distintos, fazendo duas geografias humanas inéditas" (59).

Entre os tipos estrangeiros mais vinculados à região sobressaem os portugueses, os sírios e mais recentemente os japoneses, os dois primeiros nas atividades mercantis e os últimos nas agrícolas, sendo desnecessário salientar a importância e significação da influência dos primeiros tanto como imigrantes como colonizadores.

A Amazônia, como notou não faz muito um escritor luso, é a mais "portuguesa" de todas as terras brasileiras, convindo não esquecer — relembra ainda o citado escritor — que nunca Portugal acarinhou tanto nenhuma outra, durante o tempo em que o Brasil esteve sob o seu domínio, como o fez com a Amazônia (60).

Ainda que perfeitamente adaptáveis — e neste sentido rivalizem com os próprios lusos — sírios e japoneses não chegaram a firmar, contudo, uma tradição histórica na região, não obstante a sua crescente influência econômica e social.

Como tôdas as regiões individualizadas, a Amazônia possui os seus tipos antropogeográficos peculiares, sobressaindo-se entre estes os que se acham mais estreitamente ligados aos dois acidentes de maior significação geográfica e econômica da região: o rio e a floresta.

Rio e floresta são as duas principais fontes de suprimento na Amazônia, de modo que não só condicionam como até mesmo ritmizam as atividades mais típicas da economia regional, principalmente no campo da produção. Assim é que, como tipos mais representativos da vida regional ligados ao rio, destacam-se: ar-

(59) — Samuel Benchimol — "O Cearense na Amazônia — Inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante" — in *Anais do X Congresso Brasileiro — de Geografia* — Vol. III, pag. 243.

(60) — Veiga Simões — *Daquem & Dalem Mar — Portugal & A Amazônia* — Typ. da Livraria Palais Royal — Manaus — 1916 — pags. 35/6.

poadores (de pirarucu e jacaré); viradores (de tartaruga), canoeiros e regatões, sendo os últimos a expressão mais típica do mercantilismo acomodado às condições do meio: uma síntese de mercador e nômade.

Mas é a floresta, mais do que o rio, que concorre para a existência dêsses tipos regionais. Sobre ser o elemento mais característico da paisagem, a Hiléia constitui também o capital natural da região; ao mesmo tempo que é um dado geográfico, é também uma grande reserva econômica. Daí a sua importância não só para os que dela fazem objeto de estudo como para os que a tomam como objeto de exploração ou de trabalho.

Tão poderosa e absorvente é a gravitação da floresta sobre o homem amazônico, que isso chegou a imprimir na sua mentalidade o que um conhecido estudioso das coisas regionais chamou com propriedade "**pathos florestal**", muito embora êsse **pathos**, no seu entender, se defina num sentido de fuga e de libertação dos efeitos dessa gravitação (61).

Cada cultura florestal determina um tipo antropogeográfico definido; e como essas culturas são as mais variadas possíveis, numerosos e variados são também os tipos humanos correspondentes. Temos assim: da seringa, o seringueiro; da balata, o balateiro; da castanha, o castanheiro; do guaraná, o guaranazeiro; da piaçaba, o piaçabeiro, etc.. .

Dispersos, desassistidos e sobretudo carenciados sob vários aspectos, êsses tipos regionais vivem nas mesmas condições de vicissitude dos demais tipos rurais do Brasil e da América Latina em geral. O que já tantas vêzes tem sido observado em relação a êsses últimos ajusta-se, **mutatis mutandis**, aos tipos amazônicos.

Sem embargo disso, há uma certa grandeza no modo como eles vivem, se adaptam e suportam tão árduas condições mesológicas, a tal ponto que se tornam verdadeiramente heróicos nessa resistência, e isso porque, se as suas reações "só têm podido ser passivas em face das contingências esmagadoras do meio, nem

(61) — Sócrates Bonfim — "Um esboço da vida amazônica" — in **Valorização Econômica da Amazônia** — Departamento de Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1954 — pag. 17.

porisso o homem deixa de ser grande no seu trágico abandono. Pequeno êle seria si bem aparelhado não sobrevivesse, ou si em vez das conjunturas que enfrentou tivesse encontrado condições outras mais amenas" (62).

(62) — Gilberto Osório de Andrade — **Um Complexo Antropogeográfico** — (Lineamentos para uma Geografia total da Amazônia) — Tip. "Diário da Manhã" — Recife — 1940 — pag. 41.

ABSTRACT

In the present work the author tries to determine the conception of the Amazon region.

He begins by studying the various criteria adopted for the conception of the region, such as the hydrographic, the phytogeographical, the zoogeographical, the political and the economical.

Then he studies the criteria presented for the legal délimitation of the Amazon Region, with a view to the application of the Plan for the Economical Recovery of the Amazon Region instituted by the article n. 199 of the Brazilian Constitution.

In the second part of this work, general aspects of the Amazon Region are studied together with its constitutives elements, such as the valley, the river, the forest, the climate and men.

SUMÁRIO

1ª. PARTE

O CONCEITO

I — As dificuldades	9
II — Conceito hidrográfico	13
III — Conceito fitogeográfico	17
IV — Conceito zoogeográfico	21
V — Conceito político	25
VI — Conceito econômico	29
VII — Os critérios delimitativos e a delimitação legal..	33

2.ª PARTE

A PAISAGEM

I — Aspectos gerais	41
II — A planície	47
III — O rio	51
IV — A floresta	57
V — O clima	63
VI — O homem	67

ABSTRACT



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98).

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail: acervodigitalsec@gmail.com

